

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS
EXERCÍCIO DE 2015**



BRASÍLIA, MARÇO/2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DILMA VANA ROUSSEFF

MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA DE GOVERNO

LUIZ ANTÔNIO ALVES DE AZEVEDO

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Controle Interno

HENRIQUE BARROS PEREIRA RAMOS

Telefone: 3411-2201

e-mail: henrique.ramos@presidencia.gov.br

Coordenador-Geral de Auditoria e Planejamento- CGAP

SANDRA MARIA DE OLIVEIRA

Telefone: 3411-2685

e-mail: sandra.oliveira@presidencia.gov.br

Coordenador-Geral de Auditoria e Contabilidade - CGAC

ALLISON ROBERTO MAZZUCHELLI RODRIGUES

Telefone: 3411-3933

e-mail: allison.rodrigues@presidencia.gov.br

Coordenador-Geral de Auditoria e de Fiscalização de Atos de Pessoal - CGAF

ANTÔNIO LUIZ ALMEIDA

Telefone: 3411-4323

e-mail: antonio.almeida@presidencia.gov.br

Coordenador-Geral de Correição - CGCOR

CAROLINA SOUTO CARBALLIDO

Telefone: 3411-2699

e-mail: carolina.souto@presidencia.gov.br

ÍNDICE

I - APRESENTAÇÃO	03
II - A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	04
III - PRINCIPAIS RESULTADOS	11
III.I Auditorias Anuais de Contas	11
III.II Acompanhamento Permanente da Gestão - APG	13
III.III Auditorias de Recursos Externos	16
III.IV Análise das concessões de aposentadorias e pensões	17
III.V Análise de atos de admissão de pessoal	19
III.VI Atendimento a demandas externas	21
III.VII Atividades para Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	22
III.VIII Auditoria em processos de Tomada de Contas Especiais	23
III.IX Monitoramento do Plano de Providências Permanente	23
III.X Análise de Balanço e Conformidade Contábil	24
III.XI Acompanhamento da Conta Diversos Responsáveis Apurados	27
III.XII Orientações Contábeis	28
III.XIII Declaração do Contador referente às Contas do Exercício 2015	29
III.XIV Ações de Correição	30
III.XIV Capacitação	34
III.XVI Desenvolvimento Institucional	37
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	38

I - APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Atividades e Resultados da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset/SG-PR, pertencente à estrutura da então Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR, refere-se ao exercício de 2015.

Para alcançar seus objetivos, a Ciset/SG-PR definiu como fundamento basilar de sua atuação, a intensificação das ações de controle de caráter preventivo e orientativo, visando fornecer aos gestores públicos da Presidência da República elementos técnicos seguros e aptos a auxiliarem na tomada da decisão mais adequada e das correções devidas, tudo isso sem prejuízo da execução de trabalhos de natureza apuratória sempre que a situação viesse a demandar.

Os principais resultados são apresentados no Título III deste Relatório Anual de Atividades e Resultados, encontrando-se agrupados por tipo de ação efetuada.

Um fato marcante de 2015 que afetou as competências e a estrutura da Ciset/SG-PR foi a reforma administrativa implantada no Poder Executivo Federal, no final do exercício, o que acarretou no aumento de Unidades Jurisdicionadas de 32 para 50, principalmente com a inclusão de 28 Unidades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Como consequência, foi implementada uma reformulação na estrutura interna da Secretaria tendo como principal efeito a divisão da competência para a realização de auditorias, que era exclusiva da Coordenação-Geral de Auditoria - COAUD, entre três Coordenações: Coordenação-Geral de Auditoria e Contabilidade – CGAC, Coordenação-Geral de Auditoria e Planejamento – CGAP e Coordenação-Geral de Auditoria e de Fiscalização de Atos de Pessoal – CGAF.

Outra medida para adequação da Ciset/SG-PR ao novo quantitativo de Unidades Jurisdicionadas, além do rearranjo institucional, foi a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - SFC/CGU/PR, o qual prevê, dentre outras ações, a realização de auditorias por aquela Controladoria nas Unidades Jurisdicionadas localizadas em outras Unidades da Federação.

No final do exercício de 2015 foi dado início ao processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Ciset/SG-PR com objetivo de desenvolver uma proposta de metodologia de planejamento de ações de controle, considerando a atuação da Secretaria de Controle interno como Órgão Setorial do Sistema de Controle interno do Poder Executivo Federal.

Essa metodologia é essencial, em virtude da escassez de recursos humanos e tecnológicos disponíveis para as atividades de auditoria. Externamente, espera-se atuar de forma preventiva, fortalecendo os controles internos das Unidades; e internamente, espera-se tornar possível uma reorganização dos recursos tecnológicos e de pessoal da Ciset/SG-PR, além de servir de subsídio para programas de capacitação dos servidores.

II - A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Lei nº 10.180/2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal; de Administração Financeira Federal; de Contabilidade Federal; e de Controle Interno do Poder Executivo Federal estabelece que a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset/SG-PR, além de integrar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, como Órgão Setorial, desempenha, também, o papel de Setorial do Sistema de Contabilidade e de Seccional do Sistema de Correição dos órgãos que constituem a estrutura da Presidência da República e da Vice Presidência da República.

A Ciset/SG-PR, na condição de Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno e Seccional de Correição, está sujeita à orientação e à supervisão técnica do Órgão Central dos referidos Sistemas, de competência da Controladoria-Geral da União - CGU/PR. Da mesma forma, como Setorial de Contabilidade está sujeita a supervisão técnica da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, sem prejuízo de sua subordinação administrativa ao Órgão em cuja estrutura administrativa estiver integrada (atualmente a Secretaria de Governo da Presidência da República).

De acordo com o artigo 28 do Decreto 8.579/2015, compete à Ciset/SG-PR:

“I - exercer o controle, a fiscalização e a avaliação da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à eficiência e à eficácia de seus resultados;

II - fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual e nos orçamentos da União, inclusive quanto ao nível da execução dos programas de governo e à qualidade do gerenciamento;

III - exercer as atividades de órgão setorial contábil dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas e da Vice-Presidência da República;

IV - administrar e controlar o acesso aos sistemas corporativos do Governo federal, no âmbito de sua área de atuação;

V - auditar tomadas de contas especiais, extraordinárias e anuais;

VI - apurar, no exercício de suas funções, os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares relacionados à utilização de recursos públicos;

VII - realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais transferidos, para fins de execução, a órgãos e entidades públicos e privados e sobre acordos e contratos firmados com organismos internacionais;

VIII - verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à admissão de pessoal, a qualquer título, e à concessão de aposentadorias e pensões;

IX - prestar orientação aos gestores de recursos públicos na execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

X - apoiar a supervisão ministerial e administrativa e o controle externo no exercício de sua missão, atuando, sempre que solicitada, como interlocutora junto ao Tribunal de Contas da União;

XI - exercer as atividades de controle interno de outros órgãos determinados em legislação específica;

XII - atuar na prevenção e na apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, da instauração e da condução de procedimentos correcionais, com exceção da Controladoria-Geral da União e da Agência Brasileira de Inteligência; e

XIII - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.”

Embora a Ciset/SG-PR se desdobre nas três vertentes de atuação apresentadas, seu maior volume de trabalho concentra-se nas atividades de controle interno. Percebia-se, então, um descompasso entre a sua organização interna e essa realidade, haja vista que até 2015, das 4 (quatro) Coordenações-Gerais que compunham a Ciset/SG-PR, apenas uma era destinada às atividades de auditoria.

Com efeito, a Ciset/SG-PR integrava a então Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 7.442/2011 e era organizada em quatro Coordenações-Gerais, conforme previsto no Decreto nº 7.699/2012 e possuía a seguinte estrutura organizacional, de acordo com a Portaria SG/PR nº 340, de 28/12/2012, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República:

- I - Gabinete - GABIN:
 - Assessoria - ASSES;
 - Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
 - Serviço de Apoio Administrativo - SEAPA;
- II - Coordenação-Geral de Auditoria - COAUD;
- III - Coordenação-Geral de Contabilidade e Avaliação - COAVA;
- IV - Coordenação-Geral de Fiscalização de Programas de Governo e de Atos de Pessoal - COFIP; e
- V - Coordenação-Geral de Correição - COREG

A estrutura organizacional da Ciset/SG-PR encontrava-se representada pelo organograma a seguir:

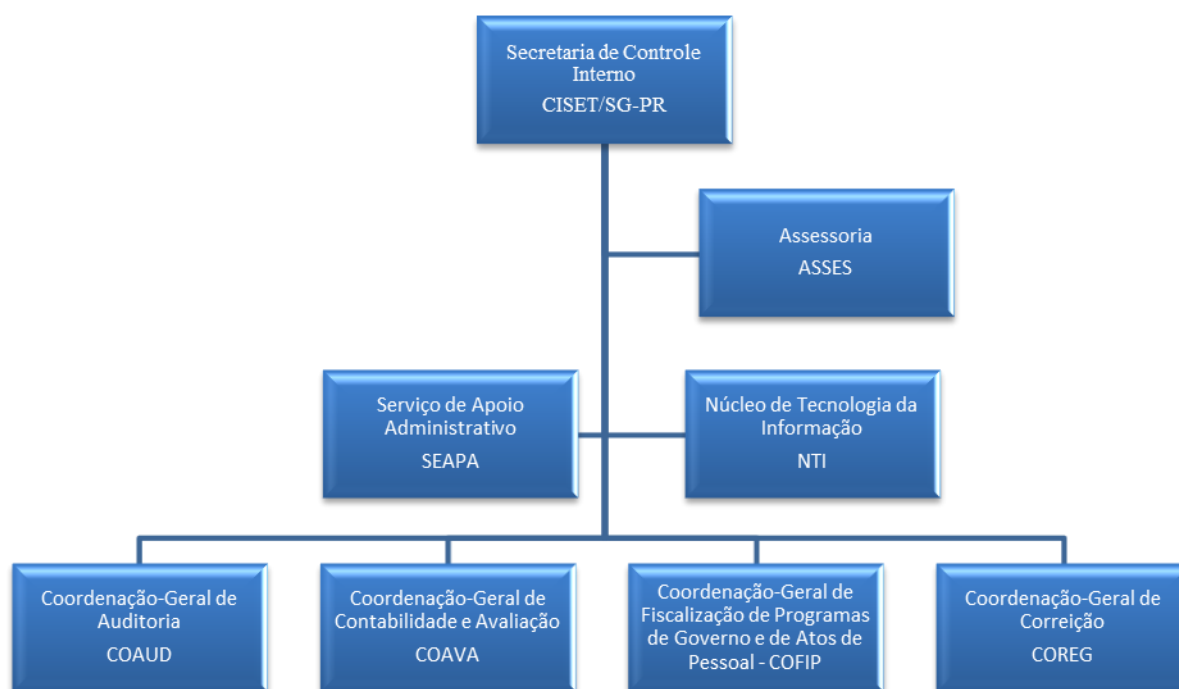


Figura 1: Organograma da Ciset/SG-PR no início de 2015.

Assim, em 2015, foram envidados esforços para compatibilizar a organização da Ciset/SG-PR com as atividades por ela desenvolvidas, culminando na destinação de três Coordenações-Gerais para as atividades de auditoria, ainda que não exclusivamente.

Essas alterações foram implementadas pelo Decreto nº 8.579/2015, por meio do qual a Ciset/SG-PR passou a integrar a Secretaria de Governo, que sucedeu a Secretaria-Geral na composição da Presidência da República, e passou a ser assim organizada:

- I. Coordenação-Geral de Auditoria e Contabilidade - CGAC;
- II. Coordenação-Geral de Auditoria e Planejamento - CGAP
- III. Coordenação-Geral de Auditoria e de Fiscalização de Atos de Pessoal - CGAF; e
- IV. Coordenação-Geral de Correição - CGCOR

A estrutura organizacional da Ciset/SG-PR passou a ser representada pelo organograma a seguir:

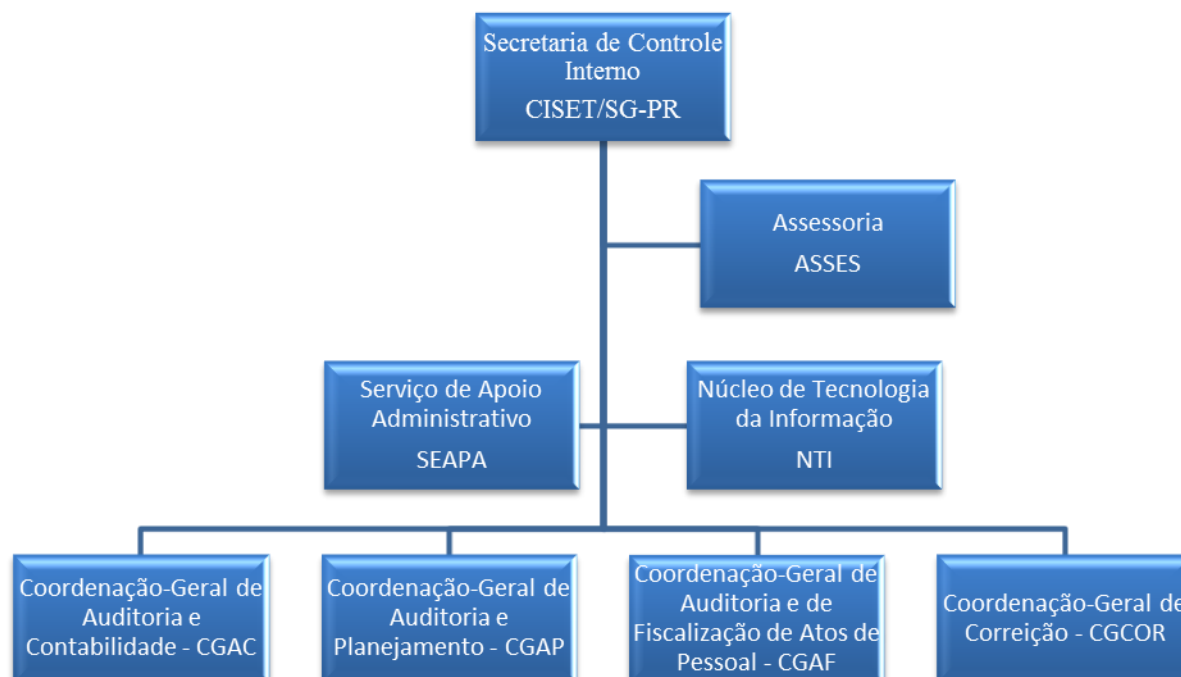


Figura 2: Organograma atual da Ciset/SG-PR, vigente a partir de novembro de 2015.

Além de delinear para a Ciset/SG-PR um arranjo institucional mais compatível com a necessidade de realização de atividades de auditoria, as modificações implantadas em 2015 serão de suma importância para fazer frente ao aumento no quantitativo de Unidades Jurisdicionadas e recursos tutelados.

Importa, aqui, explicar que a Presidência da República sofreu significativa reforma administrativa, consubstanciada na Medida Provisória nº 696/2015, que gerou impacto direto nas unidades fiscalizadas pela Ciset/SG-PR.

No início do exercício de 2015 a Ciset/SG-PR possuía 30 Unidades Jurisdicionadas, então integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República. A partir da reforma administrativa da Presidência da República, no final de 2015, sua carteira de Unidades Jurisdicionadas mudou: a Medida Provisória nº 696/2015 extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, a Secretaria dos Direitos Humanos - SDH e a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, que compõem o novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, bem como a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE/PR, e o Gabinete de Segurança Institucional - GSI, da Secretaria de Relações Institucionais - SRI. A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, antes ligada à SAE-PR, vinculou-se, por meio do Decreto nº 8.536/2015, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Todas essas unidades deixaram de ser jurisdicionadas à Ciset/SG-PR.

Em contraposição, com a edição do Decreto nº 8.427/2015, foi delegada ao então Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa - SMPE a competência para aprovar o orçamento próprio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Considerando que a atual SEMPE (Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa) encontra-se vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, o controle interno das 28 (vinte e oito) Unidades do SEBRAE, sendo 27 Unidades Regionais e o Departamento Nacional, passou a ser de competência da Ciset/SG-PR.

Por consequência, não obstante a redução das Secretarias com *status* ministerial, a quantidade de Unidades Jurisdicionadas da Ciset/SG-PR aumentou, uma vez que as Unidades Regionais do SEBRAE possuem autonomia administrativa e orçamentária e se constituem, dessa forma, em Unidades Jurisdicionadas autônomas e passíveis de prestação de contas.

Registre-se ainda que cabe à Ciset/SG-PR exercer o controle interno da Vice-Presidência da República, além da Advocacia-Geral da União - AGU, sendo esta até a criação do órgão próprio de controle interno da Instituição, conforme estabelece o art. 16 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Dos dados expostos, extrai-se que esta Secretaria passa a exercer o controle interno de 50 Unidades (sendo 28 do SEBRAE), conforme tabela abaixo:

Início de 2015	Final de 2015, após reforma administrativa.
Advocacia-Geral da União – AGU	Advocacia-Geral da União – AGU
Agência Brasileira de Inteligência – ABIN	Agência Brasileira de Inteligência – ABIN
Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC
Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
Casa Civil – CC/PR	Casa Civil – CC/PR
Companhia Docas do Ceará – CDC	Companhia Docas do Ceará – CDC
Companhia Docas do Espírito Santo – CDESA	Companhia Docas do Espírito Santo – CDESA
Companhia Docas do Estado da Bahia – CDEBA	Companhia Docas do Estado da Bahia – CDEBA
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CDESP	Companhia Docas do Estado de São Paulo – CDESP
Companhia Docas do Pará – CDP	Companhia Docas do Pará – CDP
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CDRN	Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CDRN
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ
Controladoria-Geral da União – CGU	Controladoria-Geral da União – CGU
Empresa Brasil de Comunicações - EBC	Empresa Brasil de Comunicações - EBC
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	
Gabinete de Segurança Institucional – GSI	
Imprensa Nacional – IN	Imprensa Nacional – IN

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI
Secretaria de Micro e Pequena Empresa – SMPE	
Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE	
Secretaria de Aviação Civil – SAC	Secretaria de Aviação Civil – SAC
Secretaria de Comunicação Social – SECOM	Secretaria de Comunicação Social – SECOM
Secretaria de Direitos Humanos - SDH	
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR	
Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM	
Secretaria de Portos – SEP	Secretaria de Portos – SEP
Secretaria de Relações Institucionais – SRI	
Secretaria Nacional de Juventude - SNJ	
Secretaria - Geral – SG/PR	
	Secretaria de Governo – SG/PR
	Departamento Nacional do SEBRAE
	27 Unidades Regionais do SEBRAE
Vice-Presidência da República - VPR	Vice-Presidência da República – VPR

Tabela 01: Unidades Jurisdicionadas sujeitas ao controle da Ciset/SG-PR durante o exercício de 2015.

A fim de equacionar as alterações ocorridas, a Ciset/SG-PR iniciou a elaboração de novo Regimento Interno, no final do ano de 2015, que completará seu processo de reorganização. Contudo, registre-se que até o final do citado exercício, não foi aprovado e publicado o Regimento Interno da Secretaria de Governo, que deverá abranger o da Ciset/SG-PR.

Em que pese às medidas adotadas, a Ciset/SG-PR ainda não possui capacidade operacional para fiscalizar as 28 Unidades do SEBRAE, tanto por insuficiência do seu quadro de pessoal, quanto por não possuir unidades regionais. Desse modo, a fim de mitigar a dificuldade constatada, a Ciset/SG-PR iniciou ainda em 2015 as tratativas para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - SFC/CGU o qual prevê, dentre outras ações, a realização de auditorias por aquela Controladoria, nas Unidades localizadas em outras Unidades da Federação, conforme possibilita o Parágrafo Único, do artigo 28 do Decreto 8.579/2015.

Quanto à gestão de recursos humanos, a Ciset/SG-PR contava, em 31/12/2015, com um efetivo de 79 (setenta e nove) servidores, distribuídos nas suas diversas áreas e regidos, na sua maioria, pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990), dos quais 28 (vinte e oito) pertencem à Carreira “Finanças e Controle” e são oriundos da Controladoria-Geral da União - CGU/PR e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, assim distribuídos: 60 (76%) são lotados nas Coordenações-Gerais de Auditoria (40 deles atuando em atividades de controle interno); 7 (9%) na Coordenação de Correição e 12 (15%) em áreas de apoio administrativo, assessoria ou de informática.

No que tange aos recursos tutelados, verifica-se que o orçamento autorizado das Unidades Jurisdicionadas em 2014 era de R\$ 21.101.450.174,00, passando para R\$

25.867.602.671,00 em 2015. O valor médio tutelado por servidor passou de R\$ 310.315.443,74 para R\$ 327.442.431,99.

Os dados apresentados tornam notório que a progressão do quadro de servidores não foi proporcional à evolução das unidades fiscalizadas pela Ciset/SG-PR, seja em quantitativo de unidades ou em volume de recursos geridos, apesar do acréscimo de 14,5% de servidores (10 servidores) de 2014 para o exercício de 2015:

ANO	UNIDADES	SERVIDORES	DESPESA REALIZADA	VALOR MÉDIO POR SERVIDOR
2001	9	52	R\$ 1.69 BILHÕES	R\$ 32,57 MILHÕES
2002	12	49	R\$ 1.79 BILHÕES	R\$ 36,61 MILHÕES
2003	14	52	R\$ 1.78 BILHÕES	R\$ 34,18 MILHÕES
2004	17	49	R\$ 2.67 BILHÕES	R\$ 54,52 MILHÕES
2005	16	52	R\$ 2.02 BILHÕES	R\$ 38,91 MILHÕES
2006	17	55	R\$ 2.32 BILHÕES	R\$ 42,09 MILHÕES
2007	18	52	R\$ 3.72 BILHÕES	R\$ 71,59 MILHÕES
2008	30	53	R\$ 6,49 BILHÕES	R\$ 122,46 MILHÕES
2009	30	63	R\$ 8,92 BILHÕES	R\$ 141,62 MILHÕES
2010	29	61	R\$ 9,59 BILHÕES	R\$ 157,18 MILHÕES
2011	31	58	R\$ 13,79 BILHÕES	R\$ 237,85 MILHÕES
2012	29	64	R\$ 16,62 BILHÕES	R\$ 259,54 MILHÕES
2013	32	70	R\$ 15,46 BILHÕES	R\$ 220,88 MILHÕES
2014	32	69	R\$ 21,11 BILHÕES	R\$ 310,31 MILHÕES
2015	50	79	R\$ 25,87 BILHÕES	R\$ 327,44 MILHÕES

VARIAÇÃO
(2001-2015) **555%** **52%** **1.527%** **1.005%**

Tabela 02: Evolução das Unidades Jurisdicionadas e servidores da Ciset/SG-PR.

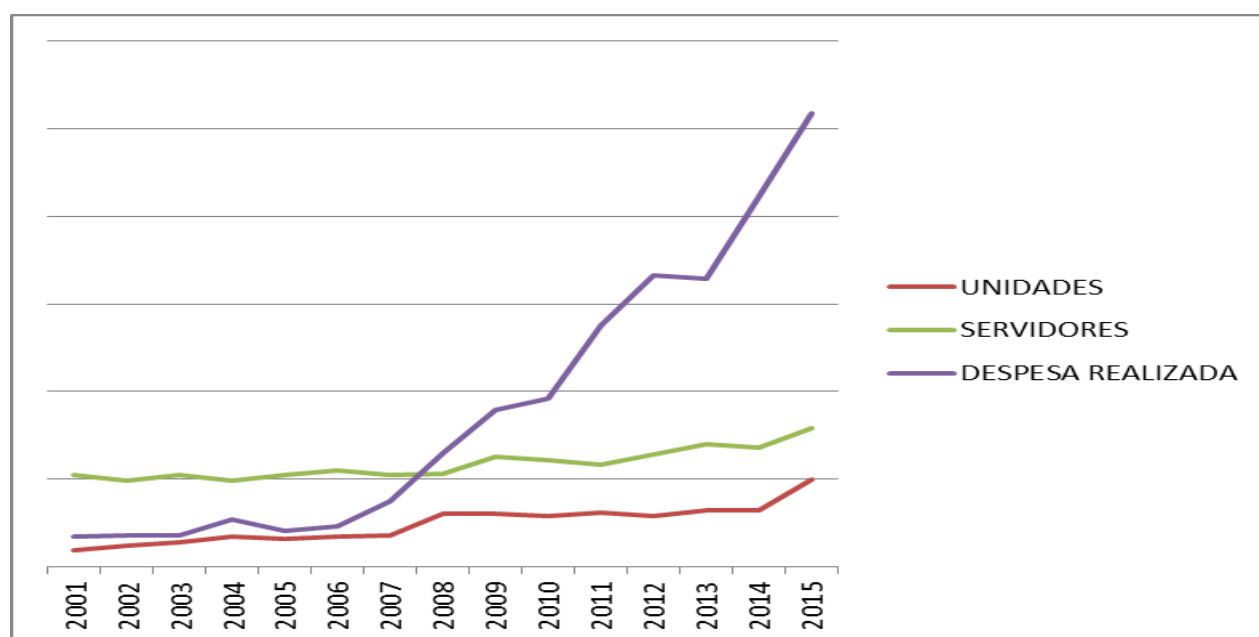


Gráfico 01: Evolução das Unidades Jurisdicionadas e servidores da Ciset/SG-PR.

Percebe-se que a quantidade de Unidades Jurisdicionadas cresceu 555% e o orçamento dessas Unidades evoluiu 1.527%, desde 2001. No entanto, o número de servidores da Ciset/SG-PR teve um acréscimo de apenas 52%. Cabe registrar que essa desproporção poderá ficar ainda mais acentuada em decorrência da possível aposentadoria de cerca de 15% da força de trabalho até o ano de 2017.

Nos setores de infraestrutura, há importante dado não retratado na análise direta do orçamento das respectivas Unidades, que é a magnitude dos investimentos em obras públicas oriundos de bancos oficiais ou mesmo da iniciativa privada por meio de concessões, que se traduzem em prestação de serviços públicos remunerados por meio da cobrança de tarifa.

Como exemplo, foi lançado recentemente o Programa de Investimento em Logística - PIL, que prevê investimentos em portos e aeroportos da ordem de R\$ 15 bilhões em cerca de 30 anos, o que certamente irá exigir desta Secretaria uma atuação altamente especializada de forma prévia, concomitante e *a posteriori* dos contratos a serem firmados pela União.

III - PRINCIPAIS RESULTADOS POR ATIVIDADE

III.I – Auditorias Anuais de Contas

O Art. 74, incisos II e IV, da Constituição Federal, preconiza também ser atribuição do Controle Interno:

“II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; e

(...)

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional”.

Assim, a CISET/SG-PR executa Auditorias Anuais de Contas, com o objetivo de fomentar a boa governança pública, aumentar a transparência, provocar melhorias na prestação de contas dos órgãos e entidades federais, induzir a gestão pública para resultados e fornecer opinião.

No caso das Auditorias da Gestão sobre o exercício de 2014, executadas em 2015, a atividade foi regida pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e pelas Decisões Normativas TCU nº 134, 139, 140 e 143/2014. Desse modo, foram realizados trabalhos em 15 Unidades Jurisdicionadas, conforme dados constates na tabela abaixo:

Coordenação Responsável	Unidade	Natureza	Parecer
CGAP	Secretaria de Aviação Civil	Órgão da Administração direta	Regularidade
CGAP	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Empresa Pública	Regularidade
CGAP	Secretaria de Portos	Órgão da Administração direta	Ressalvas
CGAP	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	Sociedade de Economia Mista	Ressalvas
CGAP	Companhia Docas do Ceará	Sociedade de Economia Mista	Regularidade
CGAP	Companhia Docas do Pará	Sociedade de Economia Mista	Ressalvas
CGAP	Companhia Docas do Estado de São Paulo	Sociedade de Economia Mista	Ressalvas
CGAF	Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República	Órgão da Administração direta	Regularidade
CGAF	Imprensa Nacional – IN	Órgão da Administração direta	Regularidade
CGAF	Gabinete de Segurança Institucional – GSI	Órgão da Administração direta	Regularidade
CGAF	Agência Brasileira de Inteligência – ABIN	Órgão da Administração direta	Regularidade
CGAF	Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	Empresa Pública	Regularidade
COGAC	Secretaria de Direitos Humanos – SDH	Órgão da Administração direta	Regularidade
COGAC	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	Fundação Pública	Ressalvas
COGAC	Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE	Órgão da Administração direta	Regularidade

Tabela 03: Auditorias de Gestão realizadas em 2015.

Depreende-se do quadro acima que, como resultado das análises realizadas, foram avaliadas 8 (oito) entidades da Administração Direta, sendo que apenas uma obteve parecer com ressalvas, e foram avaliadas 7 (sete) entidades da Administração Indireta, sendo que 4 (quatro) foram avaliadas com ressalvas, indicando maior grau de risco para estas entidades, conforme gráfico abaixo:

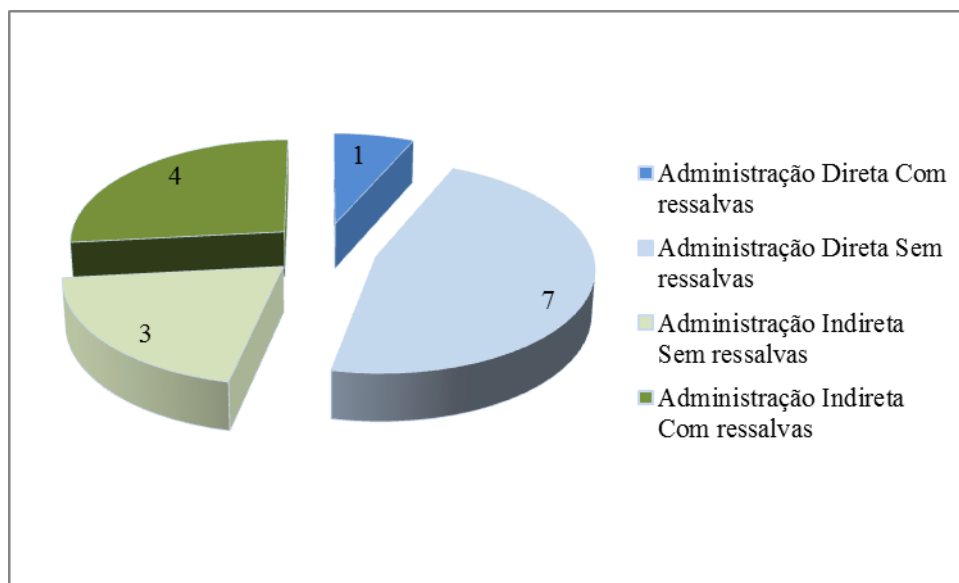


Gráfico 02: Auditorias de Gestão realizadas em 2015.

Verificou-se ainda, que auditorias realizadas nas Unidades da Administração Indireta foram mais complexas em virtude de terem naturezas jurídicas distintas (Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas), sendo que 4 (quatro) delas localizadas em outros entes da federação, dificultando sobremaneira o planejamento e a realização dos trabalhos de campo, uma vez que não se conta com o apoio de Unidades Descentralizadas para a execução desses trabalhos.

Outro ponto a destacar sobre as atividades da Ciset/SG-PR em 2015 diz respeito à nova estratégia de atuação adotada: em consonância com o art. 9º, § 6º da DN/TCU nº 140/2014, em comum acordo com as respectivas Secretarias do Tribunal de Contas da União, foram efetuados ajustes nos escopos de cada uma das auditorias, possibilitando uma análise voltada para as questões finalísticas de cada Unidade. Com isso, as atividades da Coordenação-Geral de Contabilidade e Avaliação (atual Coordenação-Geral de Auditoria e Planejamento) foram otimizadas, passando a requerer investimento de homens-hora significativamente menor que nos exercícios anteriores.

Esse ajuste de escopo propiciou ainda um significativo ganho de conhecimento por parte da equipe técnica, recentemente constituída, criando elementos que possibilitarão o planejamento de ações futuras ainda mais alinhadas com as políticas públicas geridas por cada unidade auditada, bem como a revisão de procedimentos técnicos no âmbito das próprias Coordenações, a exemplo da instituição de Grupo de Trabalho – GT, instituído pela Portaria Ciset/PR nº 02/2016, para formulação de proposta de atuação baseada em risco.

Como primeiro produto do GT, a Nota Técnica Ciset/SG-PR nº 10/2016 detalhou o planejamento dos trabalhos, prevendo as seguintes etapas: a) levantamento de informações; b) Planejamento; c) Execução; e d) Elaboração do documento, com prazo máximo para 31/03/2016.

Como resultado do direcionamento das auditorias para atividades finalísticas, observou-se o ganho qualitativo nas análises realizadas, resultando em achados que apontaram para fragilidades estruturantes, tais como:

- a) fragilidades na gestão de pessoas e falhas na gestão das transferências voluntária com conseqüente baixa execução orçamentária das ações finalísticas;
- b) fragilidades nas atividades de controle, principalmente no que concerne à gestão de pessoas, tais como pagamento indevido de adicional de risco portuário a empregado cedido, o reajuste de piso salarial atrelado ao salário mínimo e a concessão de empréstimo, para empregados;
- c) elaboração e aprovação de Demonstrações Contábeis em desconformidade com as normas vigentes;
- d) Ausência de Indicadores de Desempenho da Gestão;
- e) Planejamento Estratégico ainda não implementado;
- f) Convênios com vigência expirada sem prestação de contas ou atraso na análise;
- g) Conflito de interesse de servidores exercendo atividades em empresas privadas;
- h) Falta de normatização de Política sobre Acessibilidade;
- i) Deficiência no acompanhamento dos recolhimentos de INSS e FGTS dos colaboradores das empresas prestadoras de serviços;
- j) Morosidade na efetiva aplicação de penalidades a empresas terceirizadas por irregularidades na execução contratual;
- k) Ausência de definição e gerenciamento de riscos corporativos;
- l) Realização de despesa em desacordo com os Termos de Execução Descentralizada celebrados;
- m) Falhas no processo de produção de publicações; e
- n) Autorização de serviços gráficos sem prévio empenho.

Essas constatações foram discutidas com os gestores em Reuniões de Busca Conjunta de Soluções, conforme definido na Portaria Ciset/SG-PR nº 06/2015. As recomendações do Controle Interno e as providências a serem adotadas pelos gestores foram incorporadas ao Plano Permanente de Providências.

Ressalta-se que as providências adotadas pelos gestores são monitoradas pelo Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle - SEMAC, sendo realizadas ações de controle uma vez por semestre para atualização e verificação da efetiva implantação das medidas saneadoras.

III.II – Acompanhamento Permanente da Gestão – APG

O intuito do Acompanhamento Permanente da Gestão – APG é atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos das Unidades auditadas,

evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.

Considerando que a CISET/SG-PR possui dentre suas Unidades Jurisdicionadas a Secretaria de Aviação Civil - SAC/PR e a Secretaria de Portos – SEP/PR, essa forma de operar permite a avaliação de grandes obras e empreendimentos das áreas portuária e aeroportuária do país, no âmbito do Poder Executivo Federal.

A estratégia adotada em 2015 foi a de atuar prioritariamente de forma preventiva, executando trabalhos em obras que estivessem em sua fase inicial de execução, na qual ainda é possível a implementação de ações corretivas por vezes necessárias. É oportuno consignar que se optou por não atuar diretamente em obras que foram ou seriam objeto de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

Neste sentido, foram implementadas 8 (oito) ações de controle durante o exercício, quais sejam:

UJ	Cidade	Objeto	Porto / Aeroporto	Valor	Economia potencial	%
CDC	Fortaleza/CE	Obra de substituição da pavimentação	Porto de Fortaleza	R\$ 13.955.511,32	-	
CDP	Barcarena/PA	Ampliação da rede de esgoto, pavimentação das ruas 4 e 5,	Porto de Vila do Conde	R\$ 5.074.054,54	R\$ 810.302,94	16%
CDP	Barcarena/PA	Interseção das ruas 6 e 7 e via de acesso da portaria principal	Porto de Vila do Conde	R\$ 6.867.805,14	R\$ 1.064.584,95	16%
Infraero	Rio Branco/AC	Restauração do pavimento das áreas de movimento	Aeroporto Internacional de Rio Branco – Plácido de Castro	R\$ 97.000.000,00	R\$ 5.874.637,50	6%
Infraero	Porto Alegre/RS	Implantação de pátio de aeronaves, pista de táxi de acesso, via de serviços e infraestrutura básica no lado ar do novo terminal de cargas	Aeroporto internacional Salgado Filho	R\$ 70.050.540,88	R\$ 16.000.000,00	23%
SAC	Cascavel/PR	Construção do novo terminal de passageiros	Aeroporto Adalberto Mendes da Silva	R\$ 5.054.165,68		
SAC	Vitória da Conquista/BA	Obra de reforma de Construção do Novo Aeroporto de Vitória da Conquista/BA	Aeroporto de Vitória da Conquista/BA	R\$ 55.588.227,80		
SEP	Rio Grande/RS	Obra de modernização da área pública	Porto de Rio Grande	R\$ 95.982.849,01		

SEP	Itajaí/SC	Obra de reforma dos berços “3” e “4” da área pública	Porto de Itajaí	R\$ 111.043.743,26	R\$ 10.168.977,94	9%
TOTAL				R\$ 460.616.897,63	R\$ 33.918.503,33	7%

Tabela 04: Auditorias Acompanhamento de Gestão de Obras realizadas em 2015.

Depreende-se do quadro acima que as ações de controle podem gerar uma economia potencial de aproximadamente R\$ 33.918.503,33, ou 7% do total de recursos fiscalizados. Ressalta-se, todavia, que a economia potencial não está restrita apenas aos sobrepreços identificados, uma vez que as ações realizadas buscam identificar as causas das inconformidades, mitigando assim o risco de novas ocorrências similares.

Também se adotou, em 2015, nova proposta de atuação no âmbito das obras públicas, igualmente focada no aspecto preventivo do controle interno, consistente na análise prévia de editais de licitação, a fim de evitar que possíveis danos à Administração se concretizem.

Como principal resultado, destaca-se a análise de processo licitatório destinado à contratação de empresa para execução das obras de engenharia na pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans/Júlio César Ribeiro-Belém/PA, que resultou na correção do orçamento de referência do certame, antes mesmo da abertura das propostas. Neste caso houve inclusive redução da estimativa inicial para as obras em torno de R\$ 2 milhões, valor ainda a ser refinado com as novas alterações a serem realizadas pelo gestor a partir das recomendações apresentadas.

De fato, o mais importante é que a iniciativa demonstrou que grande parte das constatações foram sanadas durante a execução da ação de controle. Portanto, sem a atuação desta Secretaria, tais falhas poderiam ocasionar problemas ao longo da execução do empreendimento, tanto à Unidade fiscalizada quanto à futura contratada, o que impediria, assim, o bom andamento do contrato.

Além das ações de APG com foco em obras, foram desenvolvidas 3 (três) ações de acompanhamento visando manter interlocução permanente, viabilizando a construção de conhecimento atualizado e o monitoramento constante de áreas específicas de cada Unidade Jurisdicionada. No exercício em referência, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

Unidade Jurisdicionada	Objeto
Imprensa Nacional - IN	Avaliação dos procedimentos de Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Contratos de Terceirização com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra
Advocacia-Geral da União – AGU	Avaliação dos procedimentos de Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Contratos de Terceirização com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra
Unidades Jurisdicionadas da Presidência da República inseridas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	Desenvolvimento de procedimentos e rotinas com vistas a disciplinar a utilização do Sistema de Trilhas de Pessoal da CGU, bem como a depuração dos registros pendentes de avaliações de responsabilidade da Ciset/PR

Tabela 05: Auditorias Acompanhamento de Gestão realizadas em 2015.

No âmbito do acompanhamento da Gestão, foi definido em 2015, por meio da Portaria Ciset/SG-PR nº 19/2015, uma rotina operacional para exame das inconsistências apontadas no Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal da CGU/PR. Este procedimento funcionará como um

ciclo contínuo aplicado a cada nova rodada do Sistema onde cada Coordenação-Geral responsável pela análise das inconsistências apontadas, elaborará um mapa de riscos e proporá ações de controle para tratamento e apuração das inconsistências.

III.III - Auditorias de Recursos Externos

A Ciset/SG-PR, no exercício de sua missão constitucional de avaliar a execução de programas e ações de governo contemplados nos orçamentos da União, realiza anualmente Auditorias de Recursos Externos, contemplando, dessa forma, a execução de projetos financiados por recursos internacionais de fomento, como o Banco Mundial - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e sobre a execução de projetos de cooperação técnica executados em parceria com organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, dentre outros.

Durante o exercício de 2015 foram auditados 4 (quatro) projetos com recursos do PNUD, um projeto com recursos do BID e um projeto com recursos do BIRD totalizando US\$ 15.264.152,23. As despesas executadas representam, em seus aspectos mais importantes, os dispêndios incorridos no período avaliado, os quais estão sustentados por adequada documentação, sendo os desembolsos efetuados em conformidade com as normas e regulamentos financeiros dos Organismos Internacionais e da legislação nacional aplicável ao processo.

Coordenação Responsável	Organismo internacional	Unidade	Objeto	Valor
CGAC	PNUD	Secretaria de Direitos Humanos	Projeto Direitos Humanos para Todos - Preparando a SDH para trabalhar com Novos Temas	US\$2.947.383,00
CGAC	PNUD	Secretaria de Direitos Humanos	Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Indicadores	US\$1.092.075,00
CGAC	PNUD	Secretaria Nacional de Juventude	Fortalecimento e aprimoramento de políticas voltadas para a juventude, implementando ações com vistas à formação integral de jovens	US\$1.490.580,40
CGAC	PNUD	Secretaria de Assuntos Estratégicos	Projeto Brasil 3 Tempos	US\$334.113,83
CGAC	BID	IPEA	Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil – IPEA Pesquisa	US\$8.800.000,00
CGAP	BIRD	Secretaria de Portos	Projeto de estudo para o desenvolvimento do setor de cabotagem no Brasil	US\$600.000,00

Tabela 06: Auditorias de Recursos Externos realizadas em 2015.

Para avaliar o desempenho e a conformidade da gestão dos projetos auditados, os exames incluíram:

- a. execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho, tendo por base os relatórios de avaliação existentes e os investimentos realizados no período;

- b. adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c. cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d. conformidade, de forma integrada, dos processos de licitação/seleção com as políticas dos organismos internacionais e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas;
- e. adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto; e
- f. verificações in loco procedidas pela equipe de auditoria.

Como resultado, concluiu-se que os projetos tem atingido um nível satisfatório de execução das atividades programadas.

Especificamente sobre o Acordo de Doação nº 10693-BR, firmado com o BIRD, constatou-se o não alcance da meta prevista no Plano Operativo Anual, com a execução de 15% do valor previsto para 2015, bem como as fragilidades de controle interno, que resultaram em ressalva quanto ao cumprimento da Cláusula 2.02 do Acordo pela desconformidade à Seção 2.01 das Condições Normais, que estipula, entre outros fatores, que o Projeto seria realizado com: a) a devida diligência e eficiência; e que, b) os recursos, facilidades, serviços e outros recursos necessários para o Projeto devem ser fornecidos com a presteza necessária.

III.IV. Análise das Concessões de Aposentadorias e Pensões

A atuação da Ciset/SG-PR na avaliação dos processos que dão suporte documental aos atos de aposentadorias e pensões advém de dispositivo constitucional que estabelece, no inciso IV do artigo 74, a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão, combinado com a regulamentação instituída pela Resolução TCU nº 255/91, por intermédio do qual o Tribunal de Contas da União estabeleceu competência aos Órgãos de Controle Interno em emitir parecer sucinto e conclusivo sobre a legalidade dos atos de aposentadorias e pensões para posterior remessa àquela Corte de Contas.

Essa atividade visa à análise da consistência normativa e financeira dos atos praticados pelo gestor de cada órgão, visto que a análise dos atos de aposentadorias, pensões e admissões permite uma verificação completa da concessão, tanto documental como dos cálculos efetuados. Assim, avalia-se se os gastos decorrentes dos atos de concessão se mostram adequados e, principalmente, se os valores são efetivamente devidos.

No exercício de 2015 as despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, no âmbito da Presidência da República, tiveram dotação autorizada no montante de **R\$ 5.492.054.944,00**. Desse total, **R\$ 1.072.475.876,00** foram gastos com aposentadorias e pensões, o que representou **19,53%** do total autorizado.

No período em apreciação foram analisados 560 (quinhentos e sessenta) processos de aposentadorias e pensões, distribuídos da seguinte forma:

Semestre	Aposentadorias	Pensões	Processos
1º Semestre	250	58	308
2º Semestre	171	81	252
TOTAL	421	139	560

Tabela 07: Quantitativo de processos de aposentadorias e pensões analisados em 2015.

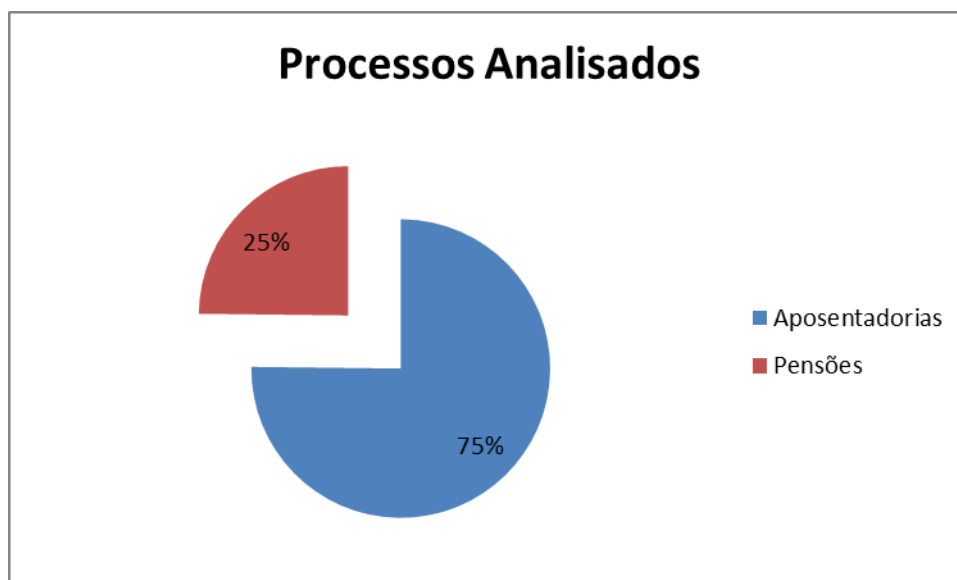


Gráfico 03: Auditorias Acompanhamento de Gestão de Obras realizadas em 2015.

De maneira a demonstrar os valores financeiros envolvidos na análise de atos de pessoal, convém informar que se somando o valor dos benefícios individuais de cada ato de aposentadoria e de pensão analisados no exercício de 2015 chega-se ao montante de R\$ 61.741.212,65, sendo R\$ R\$ 51.179.596,78 referente a processos de aposentadorias e R\$ 10.561.615,87 referente a processos de pensões.

A análise de processos referentes à concessão de atos de aposentadoria ou de pensões é concluída com a emissão de parecer, que opina pela legalidade ou pela ilegalidade do ato, ou, então, emissão de diligência ao órgão responsável pelo ato, quando detectadas inconsistências relacionadas à documentação, ao arcabouço legal, bem como quanto aos valores informados que impossibilitem a emissão de parecer.

Nesse sentido, informa-se que dos 560 (quinhentos e sessenta) processos analisados no período, em 97 (noventa e sete) deles foi necessário o encaminhamento de diligência ao órgão responsável pelo ato, objetivando a correção de inconsistências, conforme descrito no quadro a seguir:

Espécie	Processos
Diligência	97
Parecer	463
Total	560

Tabela 08: Quantitativo de processos de aposentadorias e pensões que resultaram em diligências em 2015.

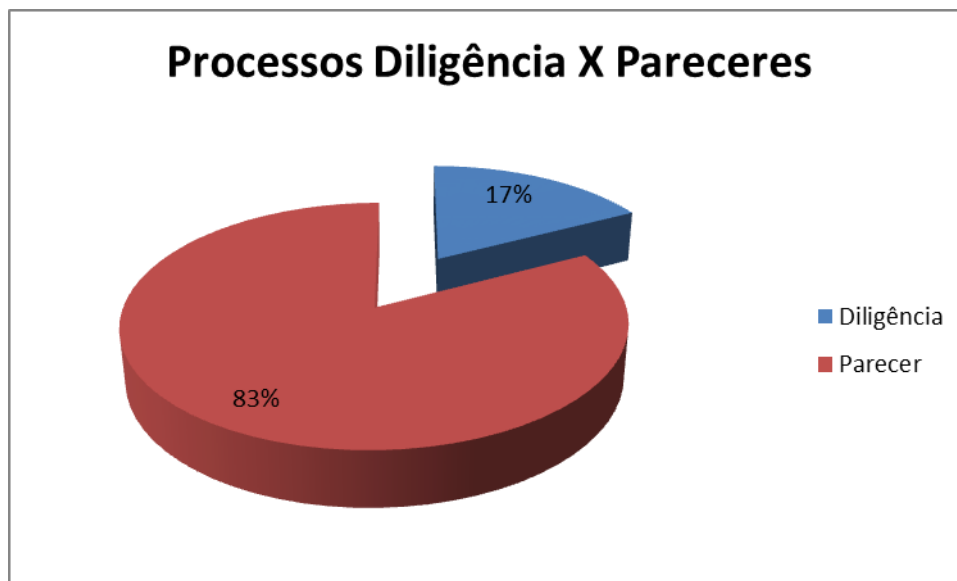


Gráfico 04: Quantitativo de processos de aposentadorias e pensões que resultaram em diligências em 2015.

Para avaliar o impacto das análises de atos de pessoal realizadas pela Ciset/SG-PR, os atos de aposentadoria e os de pensão analisados em 2015, juntos, envolvem valores que chegam ao montante de **R\$ 4.749.324,05**. Em um ano, isso equivale ao total de **R\$ 61.741.212,65**, conforme detalhado no quadro a seguir:

Especificações	Aposentadoria	Pensão	Total
Valor mensal analisado	R\$ 3.936.892,06	R\$ 812.431,99	R\$ 4.749.324,05
Valor anual analisado	R\$ 51.179.596,78	R\$ 10.561.615,87	R\$ 61.741.212,65

Tabela 08: Montante dos processos de aposentadorias e pensões analisados em 2015.

No que toca à análise das concessões de aposentadoria e pensão, cabe destacar que grande avanço conquistado pela Ciset/SG-PR em 2015, paralelamente à significativa produtividade apresentada, diz respeito ao desenvolvimento de novas ferramentas, que aprimoraram a análise de cada processo de aposentadoria e pensão: foi implantado novo modelo de formulário de *Check List* de aposentadoria e pensão, que permite o preenchimento automático de diversos campos a partir da migração automática de dados obtidos diretamente do Sistema DIRAC/Ciset, imprimindo, por consequência, maior eficiência aos exames efetuados. Além disso, automatizou-se a elaboração de Pareceres e Diligência, a partir dos dados preenchidos por analista dos atos de pessoal realizado no Formulário *Check List*.

Por fim, registre-se que as ações de controle implementadas no exercício de 2015, notadamente mediante a emissão de diligências encaminhadas às Unidades Jurisdicionadas, tiveram como objetivo não apenas apontar inconsistências ocorridas nos respectivos atos da espécie, mas também orientar e compartilhar conhecimentos e experiências acerca dos assuntos relacionados aos temas de aposentadorias, pensões e admissões de servidores públicos, visando a uma atuação preventiva. Como resultado, não foi constatado, naquele exercício, a ocorrência de valores pagos indevidamente nos atos examinados.

III.V. Análise de Atos de Admissão de Pessoal

Cabe também à Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República examinar a totalidade dos atos de admissão de pessoal das Unidades Jurisdicionadas, verificando os aspectos relacionados à legalidade do ingresso do novo servidor na administração pública mediante concurso público.

Em 2015 foram analisados 1392 (um mil, trezentos e noventa e dois) atos de admissão, tendo os resultados das análises de 477 (Quatrocentos e setenta e sete) atos encaminhados, via sistema SISAC, ao TCU, e 915 (Novecentos e quinze) atos devolvidos ao órgão com a finalidade de correção. A distribuição dos referidos atos é a seguinte:

Espécie	Admissões
Encaminhado ao TCU	477
Devolvido ao Órgão	915
Total	1.392

Tabela 09: Quantitativo de processos de admissão analisados em 2015.

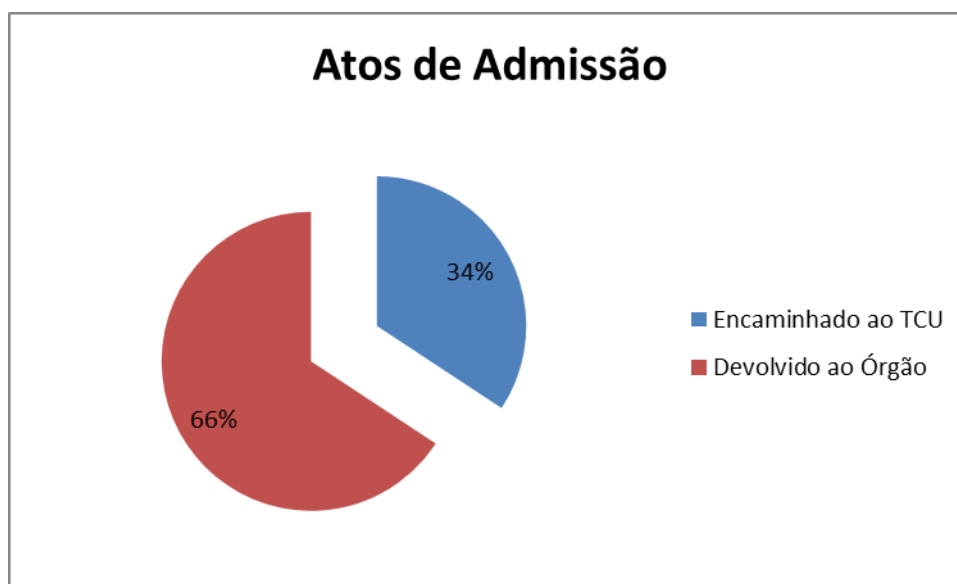


Gráfico 05: Quantitativo de processos de admissão analisados em 2015.

De maneira a demonstrar os valores financeiros envolvidos na análise de atos de admissão, convém informar que se somando o valor mensal dos benefícios individuais de cada ato encaminhados ao TCU, no exercício de 2015, chega-se ao montante de **R\$ 4.439.628,63**; quando extrapolados para o período de 1 (um) ano, alcançam o valor de **R\$ 57.715.172,19**, conforme detalhado no quadro a seguir:

Órgão	Ato de admissão	Valor Analisado	Período de 1 ano R\$
AGU	1	R\$ 17.330,33	R\$ 225.294,29
ABIN	9	R\$ 94.462,77	R\$ 1.228.016,01
ANAC	367	R\$ 651.310,75	R\$ 8.467.039,75
CDRJ	32	R\$ 119.792,78	R\$ 1.557.306,14

CGU	115	R\$ 1.494.491,10	R\$ 19.428.384,30
CODEBA	50	R\$ 68.915,10	R\$ 895.896,30
EBC	639	R\$ 1.750.813,64	R\$ 22.760.577,32
INFRAERO	151	R\$ 108.438,46	R\$ 1.409.699,98
IPEA	2	R\$ 13.608,81	R\$ 176.914,53
SPM	26	R\$ 120.464,89	R\$ 1.566.043,57
TOTAL	1392	R\$ 4.439.628,63	R\$ 57.715.172,19

Tabela 10: Montante dos processos de admissão analisados em 2015.

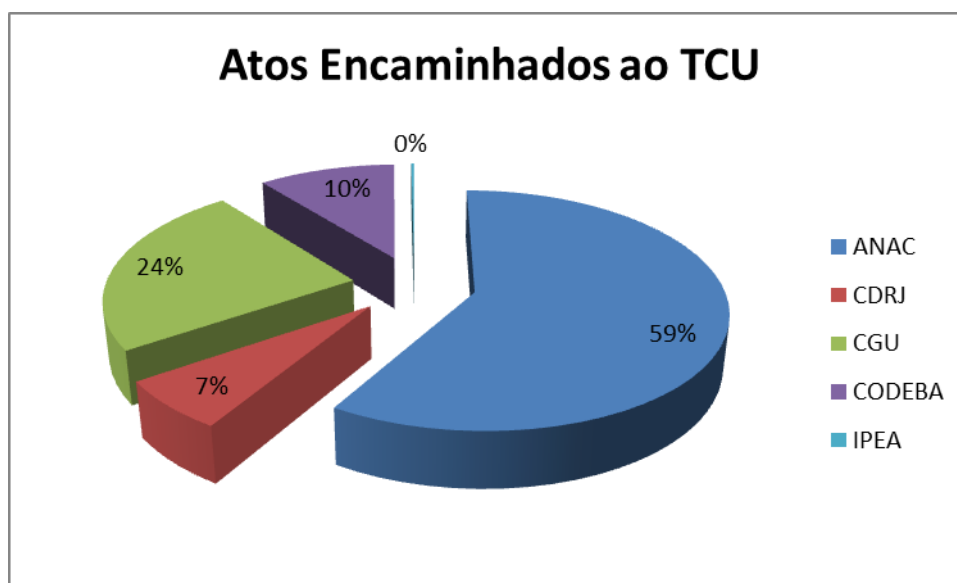


Gráfico 06: Quantitativo de processos de admissão encaminhados ao TCU em 2015.

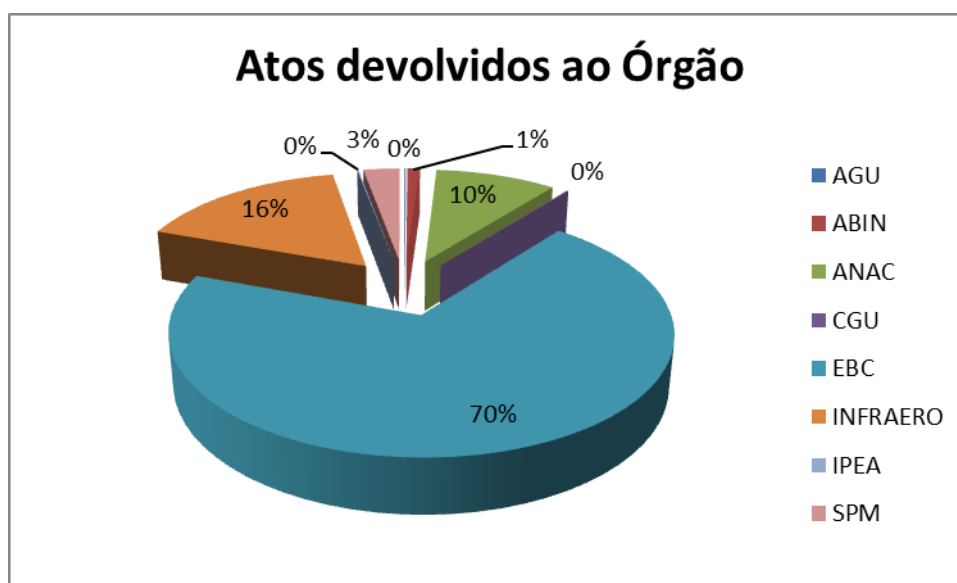


Gráfico 07: Quantitativo de processos de admissão devolvidos aos órgãos de origem em 2015.

III.VI – Atendimento a demandas externas

Para dar o devido andamento às demandas de outros órgãos - demandas externas, às consultas e às representações/denúncias devidamente fundamentadas, foram executadas, durante o exercício de 2015, 38 (trinta e oito) ações de controle que tratavam, em geral, do suposto cometimento de atos irregulares ou ilegalidades associadas à utilização de recursos do erário, ao exercício de cargo público ou ao uso de patrimônio público, distribuídos por demanda e por Unidade conforme quadro gerencial a seguir:

Unidade	Denúncias	Demandas Externas	Consultas	TOTAL
SAC	1	1		2
SEP	1	2	1	4
ANAC			1	1
ANTAQ	2	1		3
Infraero	2	2	1	5
Codern	1			1
Codeba	1	1		2
CDRJ	3	2		5
Codesp	1	1		2
CDP		2		2
CDC	1		1	2
SDH	4			4
SG	1		1	2
SPM	1			1
IN			2	
TOTAL	19	12	7	38

Tabela 11: Montante dos processos de admissão analisados em 2015.

Os resultados dos exames foram encaminhados aos gestores e ao Conselho de Ética Pública para as providências cabíveis. Das 19 denúncias, 3 (três) foram objeto de sindicância investigativa, 5 (cinco) geraram novas ações de controle no âmbito da Ciset/SG-PR e 8 (oito) foram arquivadas.

III.VII - Atividades para Fortalecimento do Sistema de Controle Interno

Por meio de encontros técnicos e análise de planos e relatórios anuais das unidades de Auditoria Interna das Unidades Jurisdicionadas vinculadas à Presidência da República, procurou-se o aprimoramento e a racionalização da execução de ações de controle e, conseqüentemente, o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Tais medidas foram consideradas relevantes, uma vez que 13 (treze) das Unidades sob a responsabilidade da Ciset/SG-PR possuem Auditorias Internas, sendo que 7 (sete) delas estão localizadas em outros entes da federação.

Com isso, foram realizadas análises de 13 (treze) Planos Anuais de Atividades das Auditorias Internas - PAINT, bem como um Relatório Anual de Atividades de 2014 (RAINT/2014), nos termos das Instruções Normativas SFC nº 1/2007 e CGU nº 7/2006, alterada pela Instrução Normativa CGU nº 09/2007, indicando, em casos específicos, ações que deveriam ser incluídas em tais planejamentos.

Por fim, destaca-se a organização e coordenação da reunião do Comitê Técnico de Auditoria - CTA, pela área de infraestrutura – CGAP, fundamentalmente por representar, no exercício de 2015, 10 das 13 (treze) unidades de Auditorias Internas no âmbito da Presidência da República. O detalhamento das ações realizadas nessa reunião encontrasse no item III.XV – Capacitação, deste relatório.

III.VIII – Auditoria em processos de Tomada de Contas Especiais

No exercício de 2015 foram realizadas 25 (vinte e cinco) auditorias em processos de Tomadas de Contas Especiais, envolvendo o montante de R\$ 15.259.711,02, motivados pela impugnação de despesas por execução irregular, não execução do objeto pactuado ou omissão no dever de prestar contas, conforme a seguir discriminado:

Motivação	Quantidade	%	Valor	%
IMPUGNAÇÃO DE DESPESA	13	52%	R\$7.760.289,31	51%
NÃO EXECUÇÃO DO OBJETO	4	16%	R\$1.773.334,19	12%
OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS	8	32%	R\$5.726.087,52	38%
Total Geral	25	100%	R\$15.259.711,02	100%

Tabela 12: Auditorias de TCE realizadas em 2015.

III.IX - Monitoramento do Plano de Providências Permanente

Visando acompanhar de forma permanente e tempestiva as ações adotadas para o atendimento das recomendações formuladas para as Unidades jurisdicionadas da Ciset/SG-PR, foram executadas ações de controle, divididas em duas etapas durante o exercício, que desencadearam na análise/encaminhamento de 1.212 recomendações, resultando no acatamento de 343 delas, no cancelamento de 15, na reiteração de outras 114. Por fim, outras 672 recomendações estão com prazo de nova manifestação para o final de março, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Unidade	Recomendações Atendidas	Recomendações não atendidas	Recomendações canceladas	Providências a analisar	Providências a receber	Total
SAC	14	6	-	13	15	28
SEP	14	14	-	6	15	21
Anac	21	1	-	-	12	12
Antaq	10	-	-	-	14	14
Infraero	9	-	-	-	1	1
Codern	6	2	-	-	51	51
Codeba	4	3	4	19	16	35

Cdrj	14	4	-	-	62	62
Codesp	4	5	-	-	5	5
CDP	23	18	-	-	28	28
CDC	28	-	-	18	28	46
Codesa	19	-	-	-	19	19
Abin	13	12	7	10	27	69
CGU	3	-	-	-	4	7
Ipea	11	27	-	-	64	102
SAE	15	4	3	1	19	42
SDH	18	4	1	-	98	121
SEPPIR	7	-	-	-	5	12
SPM	21	-	-	-	41	62
SNJ	10	-	-	-	8	18
SECOM	2	2	-	1	7	12
EBC	17	-	-	-	64	81
SG/PR	21	-	-	-	24	45
ITI	1	5	-	-	5	11
GVPR	2	-	-	-	8	10
IN	36	7	-	-	32	75
	343	114	15	68	672	1.212

Tabela 13: Acompanhamento PPP – dados de 31/12/2015.

A estratégia planejada pela Ciset/SG-PR para mitigar o estoque de recomendações pendentes durante o próximo exercício abrange a análise das recomendações cujas respostas já foram enviadas, a reiteração de solicitação de respostas para aquelas sem manifestação e a verificação da possibilidade de cancelamento de recomendações pendentes por mais de três exercícios por possível perda de objeto além da transferência do estoque de recomendações para a CGU/PR nos casos de Unidades que deixaram de ser jurisdicionadas da Ciset/SG-PR, como o IPEA e a SAE.

III.X - Análise de Balanço e Conformidade Contábil

Por determinação da Lei nº 10.180/2001, a Ciset/SG-PR possui competência para exercer as atividades de órgão setorial contábil de todos os órgãos integrantes da Presidência da República, da Vice-Presidência da República e de outros determinados em legislação específica, o que inclui a análise de balanços e conformidade contábil consiste na análise mensal de balanços e balancetes e demais demonstrações contábeis e na realização da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesas responsáveis por bens públicos.

É evidente que o exercício dessa competência envolve atos típicos de gestão dos órgãos que a Ciset/SG-PR tem a incumbência de auditar, o que desfavorece a segurança da atividade administrativa, uma vez que cria intercessões na cadeia produtiva de informações, capazes de interferir nas tomadas de decisões e na eficiência do controle interno.

A Ciset/SG-PR envidou esforços na avaliação do problema apresentado, com o objetivo de mitigar essa falta de segregação das funções de controle interno e setorial contábil. Foram empreendidos debates entre o corpo técnico desta Secretaria e da Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que resultaram na construção de uma proposta que, em síntese, passa pela delegação das competências previstas no art. 8º do Decreto nº 6.976/2009. Com isso, o exercício dessas atividades passaria às unidades de gestão interna dos órgãos equivalentes aos ministérios da estrutura da Presidência da República.

Assim, durante o exercício de 2015, foram efetivadas as delegações de competência à Controladoria-Geral da União - CGU, à Secretaria de Portos – SEP e à Secretaria de Micro e Pequena Empresa - SMPE – esta última, porém, foi revogada em decorrência da extinção da unidade. Estão em curso as tratativas para a delegação à Secretaria de Aviação Civil - SAC, à Imprensa Nacional - IN e à Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Paralelamente às tratativas de delegação de competência, a Ciset/SG-PR articulou, em 2015, alternativas para a solução definitiva do problema. O trabalho desenvolvido culminou na elaboração da Nota Técnica nº 07/2016, contendo proposta de alteração da Lei nº 10.180/2001, em fase de apreciação pelos órgãos pertinentes da Presidência da República, a fim de redefinir a competência de setorial contábil dos órgãos da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, por acreditar ser mais coerente que a competência para exercer as atividades de setorial contábil dos órgãos da Presidência da República seja exercida por sua unidade de gestão interna (hoje a Secretaria de Administração da Secretaria de Governo), em analogia à organização definida pela Lei nº 10.180/2001 para os Ministérios e para a Advocacia-Geral da União.

Quanto aos resultados alcançados em 2015, relativos às atribuições contábeis, tem-se que 98 Unidades Gestoras tiveram seus demonstrativos contábeis analisados pela Setorial Contábil, sendo 78 pertencentes à administração direta e 20 à indireta, e 69% dessas Unidades apresentaram alguma ocorrência durante o exercício. Destaca-se que toda análise foi objeto de relatórios individualizados por Unidade Gestora e por mês de competência, a fim de possibilitar a identificação dos principais pontos de constatação. Como resultado, no exercício 2015, ocorreram 1842 registros no SIAFI, sendo que desses 718 sem ocorrências e 1.124 com ocorrências.

As 1.124 ocorrências apontadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Código da Ocorrência	Descrição da Ocorrência	Quantidade de Ocorrência
674	SLDS ALONG./INDEVI CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL	123
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO	113
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	100
707	SALDO INVERTIDO - CLASSE 8	79
754	SALDOS ALONGADOS - DEMONST.DISP.FR	68
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	50
643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	48
657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	48
697	SALDO INVERTIDO - CLASSE 6	42
606	SALDOS ALONGADOS/INDEVIDOS CONTAS TRANS.ATIVO	41
737	UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	41
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	37
701	OUTROS – DESPESAS	30

299 - RESSALVA - OUTROS DESEQUILÍBRIOS		
772		27
608	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - ATIVO CIRCULANTE	26
656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	26
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	25
659	CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS	25
675	OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE	20
681	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES RECEBIDOS GRU	17
767	TERMO COOPERAÇÃO A COMPROVAR - DATA EXPIRADA	11
768	CONTROLE PAGAMENTO AUXILIO MORADIA CC #CPF	10
744	DESEQUILIBRIO NO ATIVO E/OU PASSIV COMPENSADO	9
696	OUTROS - PASSIVO COMPENSADO	8
607	INCONSISTENCIA OUTROS - ATIVO CIRCULANTE	7
713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	7
647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	6
676	SALDO INVERTIDO - PASSIVO CIRCULANTE	6
748	DEMAIS INCOERENCIAS - BALANCO PATRIMONIAL	6
610	SAQUE COM CARTAO DE PAGTO SEM LIQUID. DESPESA	5
612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	5
629	SALDO INVERTIDO ATIVO NÃO FINAN - IMOBILIZADO	5
650	RESTOS A PAGAR INVERTIDOS (SEM INSCRICAO)	5
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	5
634	FALTA AVALICAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	4
645	OUTROS - ATIVO PERMANENTE	4
652	SALDO INVERTIDO - CLASSE 5	3
709	CONC. TERCEIRO SUPRIM. SEM COMPR. UM DOS ANT.	3
712	OUTROS - RECEITA	3
736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL	3
764	SDO.ALONG/INDEV.CONTAS PASSIVO COMPENSADO	3
766	TERMO COOPERAÇÃO A LIBERAR - DATA EXPIRADA	3
677	FALTA/ATRASSO RETEN/RECOL.OBRG E TRIB.	2
683	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES OB CANCELADAS	2
714	SALDO INVERTIDO EM CONTAS DE RECEITA	2
758	SDO ALONGADO CONTAS TRANS.RECEITAS - B.ORCAM	2
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1
319	FALTA REGISTRO DE RESTRICAO/CONF.REGIS.GESTAO	1
321	FALTA DE ATUALIZACAO DE PROVISAO	1
617	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - AT.REALIZ.L.PRAZO	1
631	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-INVEST	1
667	NAO FECHAMENTO GRUPO ATIVO COMPENSADO X RETIF	1
705	FALTA COMPROVACAO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	1
721	SALDO INVERTIDO - VARIACOES ATIVAS	1
753	SALDO INVERTIDO - BALANÇO FINANCEIRO	1
TOTAL		1124

Tabela 14: Relação de ocorrências contábeis.

Pode-se observar que a principal ocorrência contábil foi a presença de saldos alongados/indevidos em contas de Passivo Circulante, seguido por ausência/registro da Conformidade de Registro de Gestão e ausência de registros de depreciação de Ativos Imobilizados. Convém esclarecer que a presença de ocorrência na conformidade contábil demonstra reflexos negativos sobre o resultado do patrimônio e sobre o resultado do exercício, além de conduzir a inobservância de procedimentos de conteúdo fiscal e legal. Cabe ainda destacar a ocorrência sobre ausência/registro da Conformidade de Registro de Gestão, pois isso representa um indicativo para a auditoria no sentido de informar se os registros efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira estão suportados por documentação comprobatória.

Vale lembrar que, embora esta atividade seja de caráter preventivo, a permanência de ocorrências nos demonstrativos contábeis ao final do exercício pode acarretar as seguintes situações:

- a) Ocorrências Contábeis que comporão o Balanço Geral da União, que é uma das peças da Prestação de Contas da Presidente da República; e
- b) Declaração do Contador com Ressalvas, visto que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), não refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade.

III.XI - Acompanhamento da Conta Diversos Responsáveis Apurados

A conta de Diversos Responsáveis contém registro da responsabilidade dos agentes pelos danos materiais causados à Fazenda Pública, em descumprimento das normas vigentes. Inclui-se da mesma forma os danos causados por terceiros, após a instauração de Tomada de Contas Especial-TCE.

No âmbito da CISET/SG-PR, esta atividade consiste no registro na conta de Diversos Responsáveis da Pessoa Física e/ou Jurídica que porventura tenham suas contas julgadas irregulares pelas unidades, quando da instauração de Tomada de Contas Especial, cujos processos são encaminhados a esta Secretaria para registro no Sistema Integrado de Administração Financeira, bem como baixa da responsabilidades na conta em face de determinações em Acórdãos e Deliberações do TCU.

Em 2015, foram realizadas 32 Notas de Lançamentos relativos à conta Diversos Responsáveis, totalizando R\$ 21.813.464,74, conforme quadro abaixo:

UG	NL	DATA	VALOR (R\$)	BAIXA/REGISTRO
238012	600001	14Jan15	139.924,54	Registro
200021	600002	02Mar15	158.772,55	Registro
170940	600003	04Mar15	11.508,14	Registro
238012	600004	17Mar15	197.630,49	Registro
200016	600005	19Mar15	543.970,19	Registro
200021	600006	24Mar15	639.021,92	Registro
238012	600008	27Mar15	222.829,00	Registro


238012	600009	30Mar15	885.802,86	Registro
238012	600010	17Abr15	265.281,62	Registro
238012	600011	27Abr15	205.935,62	Registro
200016	600012	06Mai15	1.612.836,73	Registro
200021	600014	25Mai15	299.936,53	Registro
200021	600022	18Jun15	384.428,69	Registro
200016	600025	25Jun15	1.399.700,17	Registro
200021	600026	03Jul15	449.947,58	Registro
600033	200021	12Ago15	269.859,13	Registro
600036	238012	18Ago15	3.088.871,42	Registro
600037	200016	26Ago15	154.981,08	Registro
600038	200016	27Ago15	885.459,87	Registro
600042	200021	31Ago15	299.936,33	Regularização de Conta corrente
600043	200021	31Ago15	299.936,33	Regularização de Conta corrente
600044	200021	31Ago15	6.991,55	Registro
600045	200021	31Ago15	0,2	Registro
600046	200021	16Set15	245.058,28	Registro
600047	200016	01Out15	2.640.846,86	Registro
600050	200021	14Dez15	192.641,56	Registro
600051	200021	14Dez15	100.136,74	Registro
600052	200021	21Dez15	21.363,94	Registro
600053	200021	21/dez/15	21.363,94	Baixa por Acórdão do TCU
600054	200016	18Dez15	2.911.579,40	Baixa por Acórdão do TCU
600057	110244	18Dez15	3.254.100,38	Registro
600058	200021	21Dez15	2.811,10	Baixa por Acórdão do TCU

Tabela 15: Registro/Baixa da Conta Diversos Responsáveis em 2015.

Vale destacar que atendendo a necessidade dos demonstrativos contábeis representarem a fidedignidade dos fatos, esta Setorial Contábil, em 28 de dezembro de 2015, emitiu 238 Notas de Lançamento para atualizar os saldos existentes nas Contas Contábeis Diversos Responsáveis, de acordo com a orientação contida na Macrofunção SIAFI nº 02.11.38 – Diversos Responsáveis –, cujo parâmetro de atualização foi o Sistema Débito do Tribunal de Contas da União.

III.XII - Orientações Contábeis

Sendo competência da Setorial Contábil da Presidência da República e Vice-Presidência da República prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda para as unidades integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, no exercício 2015 foram catalogadas 2.236 orientações, melhor detalhadas na tabela abaixo:

ASSUNTOS	CANAIS DE CONSULTAS
<p>Relatório de Atividades e Resultados 2015</p> <p> SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - PALÁCIO DO PLANALTO - ANEXO III-B, SALA 212 - BRASÍLIA-DF - CEP: 70.150-900 TEL.: (061) 3411-2681, 3411-2682 - FAX: (061) 3321-0755 - E-MAIL: CISSETPR@PRESIDENCIA.GOV.BR</p>	

CONSULTADOS	MENSAGENS SIAFI	DOCUMENTOS OFICIAIS	E-MAIL	PRESENCIAL	TELEFONE	TOTAL GERAL
BENS PATRIMONIAIS	2		3	10	18	33
CLASSIFICACAO DE DESPESA			1		3	4
CONTRATOS	19			1	4	24
CONVENIOS	5	26	7	1	9	48
DEPRECIACAO			3		10	13
FOLHA DE PAGAMENTO			4		4	8
IMPLANTAÇÃO DE NOVO PLANO DE CONTAS	2		3	4	4	13
LEGISLACAO APLICADA	7	1	5	28	41	82
OPERACIONALIZACAO DO SIAFI	301	43	198	120	841	1503
OPERACIONALIZACAO DO SIAFI-GERENCIAL				1	1	2
OUTROS	22	32	9	65	234	362
REGULARIZACAO DE SALDOS CONTABEIS	43	1	8	11	77	140
SUPRIMENTO DE FUNDOS			2		2	4
TOTAL GERAL	401	103	243	241	1248	2236

Tabela 16: Consultas por instrumento realizadas em 2015.

Salienta-se que, em virtude da implementação em 2015 do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o Sistema Integrado de Administração Financeiro (SIAFI) foi reestruturado para atender às novas demandas. Isso acarretou em grande esforço da equipe no sentido de orientar os gestores da Presidência da República para sanar dificuldades durante todo o exercício, bem como para o encerramento do exercício 2015 e abertura do exercício 2016.

III.XIII - Declaração do Contador referente às Contas do Exercício 2015

Conforme estabelece a Portaria TCU nº 321 de 30/11/2015, o Relatório de Gestão das Unidades Gestoras deverá conter Declaração do Contador responsável sobre os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).

Neste sentido, a Ciset/SG-PR elaborou 34 Declarações contendo a avaliação sobre a situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas da Presidência da República, sendo 20 com ressalvas e 14 plenas.

Com o intuito de subsidiar o processo de elaboração do Balanço-Geral da União, documento que compõe o Processo de Prestação de Contas da Presidente da República, a Secretaria do Tesouro Nacional exige das Setoriais Contábeis de Órgão Superior a elaboração trimestral de Notas Explicativas específicas dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais) ressaltando os principais aspectos - em termos de relevância e de valores percentuais (acima de 100%) e numéricos (acima de 1 bilhão) – ocorridos nas contas constantes desses balanços. A equipe desta Ciset/SG-PR realizou o trabalho nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de todos os órgãos integrantes da Presidência da República e encaminhou os resultados à Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT/STN.

III.XIV - Ações de Correição

A competência correcional atribuída à Ciset/SG-PR, desenvolvida pela Coordenação-Geral de Correição - CGCOR, está prevista no Decreto nº 8.579/2015:

Art. 28. À Secretaria de Controle Interno, órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal compete:

(...)

XII - atuar na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais, com exceção da Controladoria-Geral da União e da Agência Brasileira de Inteligência;

Para o exercício dessas atividades, a CGCOR contava com apenas 3 (três) servidores, no início de 2015, também incumbidos de atividades de auditoria. Procurou-se melhor equacionar seu quadro à demanda oriunda das 29 Unidades Jurisdicionadas, que abrigavam mais de 26.000 (vinte e seis mil) servidores e empregados públicos. Para tanto, foram lotados mais 4 (quatro) servidores na CGCOR, os quais passaram a desempenhar apenas atividades correcionais.

Ademais, em fevereiro de 2015 foi editada a Portaria Ciset/SG-PR Nº 2, de 23 de fevereiro de 2015, publicada no Boletim Interno Especial Nº 1, de 24.02.15, que instituiu Grupo de Trabalho para o levantamento de todos os processos de cunho correcional que se encontravam na Coordenação-Geral de Correição, com o objetivo de elaborar um cronograma para as atividades e devidas providências.

Superada a etapa de planejamento dos trabalhos, a CGCOR, ainda em 2015, emitiu 112 ações, abrangendo apuração de denúncias, atendimento de demandas de órgãos como Controladoria-Geral da União - CGU, Tribunal de Contas da União - TCU, Política Federal - PF e Ministério Público Federal - MPF; acompanhamento de procedimentos disciplinares instaurados pelas Unidades Jurisdicionadas, Atendimento a demandas recebidas via LAI e elaboração e revisão de normativos internos.

Também foram realizadas duas Inspeções Correcionais, sendo uma no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e outra na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nesta última abrangendo as unidades correcionais de Brasília e do Rio de Janeiro.

Efetou-se ainda, em 2015, Visita Técnica Correcional na Companhia Docas de São Paulo – CODESP, instrumento que visa a conhecer a estrutura das atividades de Correição do órgão visitado.

Fazendo uso da sua competência concorrente, com fulcro no parágrafo único do Art. 12 da Portaria Ciset Nº 13, de 21/12/2012, alterada pela Portaria Ciset Nº 29, de 29/12/2015, a Secretaria de Controle Interno/SG-PR instaurou duas Comissões de Sindicância Investigativa, das quais uma já foi finalizada e julgada; uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e um procedimento disciplinar de empregado público.

Dentre as competências da CGCOR/Ciset/SG-PR, elencadas no Art. 97 da Portaria SG Nº 340, de 28/12/2012, está o desenvolvimento de programa que visa a capacitar servidores para integrarem comissões disciplinares. No desempenho dessa competência foi ministrado, no mês de julho, treinamento em Procedimentos Administrativos Disciplinares, voltado a instruir servidores de Unidades Jurisdicionadas à Presidência da República e Vice-Presidência da República para que estejam aptos a compor e conduzir comissões disciplinares.

Finalmente, cabe destacar que, em novembro de 2015, no âmbito do Comitê Técnico de Auditoria - CTA, foi proferida a palestra “Atividade Correcional na Presidência da República: Funcionamento e Aspectos Preventivos”, que teve como objetivo apresentar a estrutura e funcionamento da Coordenação-Geral de Correição da Ciset/SEGOV-PR, além dos elementos básicos para compreensão da atividade correcional, incluindo procedimentos adotados e legislação aplicada.

No decorrer do exercício de 2015, a Ciset/SG-PR também atuou na verificação de denúncias sobre o suposto cometimento de irregularidades ou ilegalidades associadas a exercício de cargo.

O recebimento e classificação das denúncias encaminhadas à Ciset/SG-PR seguiam, até o mês de outubro/2015, o estabelecido na Portaria Ciset/SG-PR Nº 041, de 27/08/2009. Em 22 de outubro de 2015, foi publicada no Boletim Interno Nº 11 a Instrução Normativa Ciset/SG-PR Nº 02, de 21/10/2015, que define o trâmite, triagem e tratamento das denúncias no âmbito da Ciset/SG-PR.

O normativo define o fluxo que a denúncia seguirá dentro da Secretaria, bem como os critérios para a admissibilidade, classificação, definição do procedimento e consequente encaminhamento.

Desse modo, em 2015, por meio desse processo, foram finalizadas 22 (vinte e duas) denúncias tratando de suposto cometimento de atos irregulares ou ilegais associados à utilização de recursos do erário, ao exercício de cargo público ou ao uso de patrimônio público.

Abaixo, quadro resumido sobre as providências adotadas para cada denúncia/representação:

Ordem de Serviço	Objeto	Providência
2015/0195	Analisar denúncia de supostas irregularidades cometidas no ITI.	Instauração direta pela Secretaria de Controle Interno de Sindicância Investigativa.
2015/0205	Denúncia contra servidores da SEP/PR. Demanda enviada pela CGU.	Arquivamento dos autos.
2015/0206	Análise de Denúncia. CDRJ. Sindicato.	A) Encaminhamento do processo para a COAVA/Ciset/SG-PR, para verificações e/ou acompanhamentos pertinentes. B) Arquivamento dos processo correcional.
2015/0209	Denúncia acerca de processo seletivo para Membro do Mecanismo de	Encaminhamento do Despacho, juntamente com o Processo nº 00010.000526/2015-65, ao titular

	Prevenção e Combate à Tortura. Secretaria de Direitos Humanos - SDH.	da Coordenação-Geral de Auditoria - COAUD/CISET/PR, para análise e providências cabíveis.
2015/0212	Continuação de apuração de denúncia acerca de acumulação de cargos.	Arquivamento dos autos.
2015/0220	Denúncia encaminhada pelo DPF/RJ, acerca de irregularidades na CDRJ.	Encaminhamento dos autos à COAVA/CISET/SG-PR, para verificações e/ou acompanhamentos pertinentes.
2015/0229	Denúncia enviada pelo Sinagências. Uso de catracas eletrônicas como meio de controle de frequência.	Arquivamento dos autos.
2015/0231	Denúncia acerca de suposta irregularidade praticada por servidor da ANTAQ.	Arquivamento dos autos.
2015/0233	Analisar NT 86/COAUD/CISET/SG-PR, OS Nº 0266/2012. Denúncia de supostas irregularidades ocorridas na INFRAERO, relacionadas à execução do Pregão Eletrônico Nº 279/ADCO-4/SBBR/2011.	Remessa de cópia da Nota Técnica à INFRAERO, para conhecimento dos seus termos e adoção das providências cabíveis, ao tempo em que se solicitou àquela Empresa que informasse quando da finalização das Sindicâncias referidas no processo de acompanhamento (Sindicância nº 052/DJCR/2013 e Sindicância nº 069/DJCR/2013), remetendo cópia dos respectivos processos, para fins de acompanhamento.
2015/0234	Denúncia acerca de eventuais irregularidades praticadas por ex-diretor da ANTAQ.	Arquivamento dos autos.
2015/0237	Representação encaminhada para o e-mail da COREG.	Remessa do assunto à SECOM/PR, com vista à adoção das providências julgadas cabíveis, uma vez que o fato relatado não se enquadra nas hipóteses previstas que demandem a atuação desta COREG, assim como o posterior arquivamento dos autos nesta CISET/SG-PR, tendo em vista o assunto em tela não demandar o acompanhamento correicional nesta Coordenação-Geral de Correição.
2015/0252	Denúncia acerca de desvio ético cometido por dirigente da INFRAERO.	Remessa dos autos à Coordenação-Geral de Contabilidade e Avaliação-COAVA/CISET/SG-PR para os fins cabíveis.
2015/0253	Denúncia em face de Diretora da CDP.	Remessa dos autos à COAVA/CISET/SG-PR, com vista à adoção das providências julgadas cabíveis, uma vez que os fatos relatados não se mostraram aptos a ensejar a adoção de medidas disciplinares.
2015/0283	Denúncia encaminhada por cidadão à Secretaria de Controle Externo/RJ. Com cópia para CISET, em 1º/09/2015. Acerca do TC 032.564/2011-2. Pagamento de VPNI. Incorporação da hora extra.	Remessa dos autos à COAVA/CISET/SG-PR, com vista à adoção das providências julgadas cabíveis.
2015/0356	Denúncia encaminhada pela OGU/CGU acerca de possíveis irregularidades em	Encaminhamento deste Despacho, juntamente com o Processo nº 00010.001115/2015-97, ao

	procedimentos licitatórios no âmbito da EBC.	titular da Coordenação-Geral de Fiscalização de Programas de Governo e de Atos de Pessoal - COFIP/CISET/PR, para análise e providências que julgar cabíveis.
2015/0377	Demanda encaminhada pela OGU. Cidadão, via LAI, oferece denúncia acerca de aeropublicidade.	Arquivamento dos autos.
2015/0379	Denúncia anônima, recebida no e-mail CISET/SG-PR, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Corregedoria da ANAC.	Em análise no âmbito da Inspeção Ordinária ANAC/2015, em andamento.
2015/0386	Denúncia enviada pela OGU para o e-mail da COREG. Possíveis irregularidades atribuídas à servidor da INFRAERO.	Remessa de cópia desta Nota Técnica à INFRAERO, para conhecimento dos seus termos e adoção das providências cabíveis quanto à apuração dos fatos denunciados, ao tempo em que se solicita àquela Empresa que informe à COREG/CISET/SG-PR acerca dos resultados da apuração, para ciência, ressaltando-se o caráter reservado deste documento, tendo em vista tratar-se de investigação disciplinar em curso, para a qual foi solicitado pelo denunciante o sigilo sobre sua identidade.
2015/0401	Demanda encaminha pela OGU/CGU, via e-mail. Narra possível caso de Nepotismo na INFRAERO.	Arquivamento dos autos.
2015/0402	Demanda encaminhada pela OGU, via e-mail. Possível caso de Nepotismo na INFRAERO.	Arquivamento dos autos.
2015/0420	Carta denúncia relatando possíveis irregularidades ocorridas na Imprensa Nacional, 2003 - 2015.	Remessa desta Nota Técnica à COFIP/CISET/SG-PR, juntamente com o presente processo, para adoção das providências julgadas cabíveis quanto à realização de ações de controle e/ou identificação de ações de controle já realizadas acerca das irregularidades expostas, ao tempo em que se solicita àquela Coordenação-Geral que remeta à COREG/CISET/SG-PR quaisquer notícias de ilícitos disciplinares envolvendo agentes públicos responsáveis pelas referidas irregularidades.
2015/0423	Denúncia recepcionada e enviada pela OGU/CGU.	Arquivamento dos autos.

Tabela 17: Relação de denúncias e representações recebidas em 2015.

O controle dos processos disciplinares é realizado por meio de planilha eletrônica, a partir de dados enviados pelas próprias Unidades. Devido à necessidade de utilização de um instrumento que facilitasse o controle dos processos disciplinares em curso, foi desenvolvido o módulo CISET-PAD no Sistema de Execução e Monitoramento de Ações de Controle – SEMAC.

O SEMAC é uma ferramenta eletrônica instituída e disciplinada por intermédio da Portaria CISET/SG-PR nº 7/2010, no âmbito da Presidência da República. Foi concebido para racionalizar, padronizar e otimizar os processos internos de trabalho da CISET/SG-PR, com o

objetivo de melhor atender suas unidades, e, em consequência, cumprir plenamente a sua missão institucional. É um sistema eletrônico, com funcionamento em ambiente Web, que, de forma integrada, possibilita o registro, a produção, a geração e o controle das ações desenvolvidas junto às suas Unidades Jurisdicionadas e demais gestores de recursos públicos no âmbito da Presidência da República.

Com o módulo Ciset-PAD no SEMAC, cada Unidade será responsável por cadastrar seus próprios procedimentos, para acompanhamento por parte da Ciset/SG-PR. Além do cadastro, será disponibilizada uma série de consultas e outras funcionalidades.

Os estudos e reuniões para entender o negócio e levantar os requisitos foram iniciados em maio de 2015 e durante todo o segundo semestre o sistema foi desenvolvido. Houve duas entregas de funcionalidades e testes da equipe demandante. No final de 2015, o sistema encontrava-se testado e homologado pela área demandante.

Como próximos passos, temos a realização de um projeto piloto que envolve a seleção de duas Unidades, sendo uma de regime estatutário, Lei Nº 8.112/90 e uma de regime celetista, criação do ajuda do sistema, treinamento dos usuários, testes, feedback, ajustes, normatização e preparação para implantação.

III.XV - Capacitação

O Processo de Capacitação da Ciset/SG-PR foi promovido ao longo do exercício de 2015 com a finalidade de capacitar e atualizar os conhecimentos dos servidores sobre temas gerais ou temas relevantes vinculados diretamente com as atividades de auditoria levando-se em consideração a especificidade de cada Coordenação Geral desta Secretaria.

Neste mesmo interim foram organizados os cursos, no exercício de 2015, em atendimento as deliberações ocorridas no 9º Encontro Anual do Comitê Técnico de Auditoria – CTA, que ocorreu no período de 17 a 19/11/2014, no qual será detalhado nos parágrafos subsequentes.

Dentre os cursos ofertados para os servidores estão os disponibilizados pela Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP/SA/SG-PR e outras Instituições de Ensino, conforme tabela abaixo:

Nome do Curso	Local	Período	Numero de Participantes
SADWEB - Sistema de Acompanhamento de Documentos	CECAD/DF	03 a 04/03/15	11
Palestra Executiva - A Importância do Gestor no Fortalecimento da Cultura Inclusiva na PR	TCU	29/04/2015	01
Comunicação e Relacionamento Interpessoal	Universidade Caixa	01/04 a 30/06/2015	01
Programa de Ambientação - Junho 2015	CECAD/DF	16 a 19/06/2015	02
Capacitação em Procedimentos Disciplinares	Ciset	29/06 a 03/07/15	02
Palestra Decifrando a Acessibilidade	CECAD/DF	14/08/15	01
Access 2007	ESAF/DF	31/08 a 04/09/15	01

Curso Liderando com Pares e Chefes na Presidência da República	Nproduções	23/09/2015	02
XV Congresso Brasileiro de Direito do Estado	IBDP/RJ	23 a 25/09/15	01
Palestra Executiva - Construindo Equipes de Alta Performance	Nproduções	24/09/2015	11
Língua Brasileira de Sinais - Libras - básico	ESAF/DF	24/08 a 04/09/15	01
Cerimonial Público	ESAF/DF	28/09 a 02/10/15	01
SIAFI Operacional - 2ª turma	ESAF/DF	28/09 a 02/10/15	02
Gestão e Fiscalização de Contratos - 2ª turma	ESAF/DF	28/09 a 02/10/15	01
Excel 2007 - Avançado	ESAF/DF	21 a 25/09/15 05 a 09/10/15 19 a 23/10/15	03
Gerenciamento de Projetos - EaD	ESAF/DF	01/10 a 09/11/15	01
Redação de Documentos Oficiais	ESAF/DF	19 a 23/10/15	01
XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	IBDA - Goiânia/Go	21 a 23/10/15	01
XX CLAD - Congresso Internacional del CLAD	CLAD/Lima/Peru	10 a 13/11/15	01
Gestão de Documentos	ESAF/DF	23 a 26/11/15	02
Capacitação de Auditoria de Folha de Pagamento	CECAD	23 e 24/11/15 26 a 27/11/15	11
Capacitação no Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal	CECAD	30/11/15	13
Inglês Corporativo Básico 1	FUB/BSB	31/08 a 14/12/15	02
Inglês Corporativo Pré-Intermediário 1	FUB/BSB	31/08 a 10/12/15	02
Inglês Corporativo Intermediário 1	FUB/BSB	31/08 a 15/12/15	03
Inglês - Online Start 1	Thomas Jefferson	10/08 a 31/12/15	02
Inglês - Online Plus 1	Thomas Jefferson	10/08 a 31/12/15	01
Auditoria de Projetos Financiados por Recursos Externos	CECAD	07/12/15	20 (*)
Apresentação Pessoal e Noções de Cerimonial	Universidade Caixa	06/10 a 31/12/15	01

Tabela 18: Cursos realizados pelos servidores da CISET/SG-PR durante 2015.

(*) 5 (cinco) vagas foram disponibilizadas para os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

No exercício de 2015, mediante Termo de Execução Descentralizada nº 03/2015, firmado entre a Presidência da República e a Escola de Administração Fazendária/ESAF, a Divisão de Contabilidade da Coordenação-Geral de Contabilidade e Avaliação, ministrou três Cursos de SIAFI Operacional para 36 servidores da Presidência da República, cujas sínteses e avaliações dos eventos seguem no quadro a seguir:

Turmas	Períodos	Nº de alunos treinados	Avaliações dos Participantes			
			Alcance do Objetivo	Instrutor	Curso	Apoio Logístico
Turma 1	17 a 20/08/2015	15	89,90%	99,00%	94,40%	96,70%
Turma 2	28/09 a 02/10/2015	13	96,40%	100,00%	97,20%	100,00%
Turma 3	09 a 13/15/2015	8	93,80%	100,00%	97,20%	100,00%

Tabela 19: Cursos ministrados pela CGAC em 2015.

O Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República (CTA/PR) foi instituído por intermédio da Portaria Ciset/PR n.º 13, de 23 de abril de 2009, com a finalidade de aperfeiçoar tecnicamente as atividades de auditoria no âmbito dos órgãos e entidades vinculadas à Presidência da República, e foi constituído a partir das seguintes premissas:

- a) a ação integrada das Unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Indireta, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR, poderá conferir maior eficiência e eficácia às atividades de auditoria;
- b) a necessidade de racionalizar os trabalhos de auditoria a cargo da Ciset/PR, de modo a proporcionar o aproveitamento efetivo dos recursos humanos e das informações disponíveis; e
- c) ser imperativo promover o constante intercâmbio de técnicas de auditoria e das melhores práticas da atividade, desenvolvidas nas Unidades de Auditoria Interna e na Ciset/CC-PR, objetivando a otimizar os resultados.

Desta forma, a Ciset/SG-PR organiza anualmente o encontro do Comitê onde são discutidos temas atuais e relevantes, oferecendo, ainda, a oportunidade aos participantes a integração entre seus pares, e assim privilegiando a troca de experiência e de aquisição de novos conhecimentos com o intuito de possibilitar uma maior compreensão de como lidar e identificar riscos e falhas de controle na gestão.

Além dos temas discutidos é deliberada pelo CTA a realização de cursos/treinamentos aos servidores que compõem o corpo técnico das Unidades de Auditorias Internas das entidades jurisdicionadas à Presidência da República e da Ciset/SG-PR. Portanto, no encontro realizado no exercício de 2014 foram demandados cursos para o ano de 2015, conforme segue: Auditoria de Tecnologia da Informação, Capacitação no Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal, Auditoria de Gerenciamento de riscos, Conceito de Amostragem aplicada à auditoria, conforme tabela abaixo:

Nome do Curso	Local	Período	Servidores da Ciset	Servidores das UJ
Gestão de Risco no Setor Público	CECAD	19 a 23/10/15	03	21
Amostragem Básica - Aplicação em Auditoria	CECAD	19 a 22/10/15	05	20
Auditoria em TI - Fundamentos e Práticas Adotadas	CECAD	26 a 29/10/15	03	19

Tabela 20: Cursos ministrados pela CGAC em 2015.

Em cumprimento a Portaria n.º 13- Ciset/SG-PR, de 23/04/2016 promoveu a realização do 10º Encontro do Comitê Técnico de Auditoria no período de 16 a 17 de novembro de 2015 tendo

como participantes os representantes AUDIN's das Entidades Vinculadas aos órgãos da Presidência da República.

Neste encontro foram proferidas as palestras cujos temas foram os seguintes:

- a) Sistema de Controle Interno – Novas Propostas;
- b) Planejamento dos Trabalhos de Auditoria Interna no Banco Central;
- c) Auditoria Interna como Catalizadora da Governança Pública – Necessidade de Integração do Sistema de Controle Interno no âmbito da Presidência da República;
- d) Aplicação das Normas Internacionais de Auditoria na Fase de Planejamento da Auditoria e na Comunicação dos Resultados;
- e) Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) – Nova Legislação;
- f) Atividade Correcional na Presidência da República; e
- g) Lei Anticorrupção e sua Influência na Auditoria Interna

III.XVI – Desenvolvimento Institucional

Conforme já exposto, a publicação do Decreto nº 8.579/2015 consolidou alterações na organização funcional desta Ciset/SG-PR, da qual destaca-se nesse item a criação de uma área de Desenvolvimento Institucional, junto à Coordenação-Geral de Auditoria e Planejamento - CGAP. Esta área tem por essência a busca pela excelência gerencial, conforme Modelo de Excelência em Gestão Pública - MEGP, apresentado pelo Documento de Referência do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GesPública.

Assim, as ações são orientadas para o fomento dos seguintes fundamentos: pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, cultura da inovação, liderança e constância de propósitos, orientação por processos e informações, visão de futuro, geração de valor, comprometimento com as pessoas, foco no cidadão e na sociedade, desenvolvimento de parcerias, responsabilidade social, controle social e gestão participativa.

Diante do exposto, observou-se inicialmente a necessidade de aprimorar o planejamento das ações de controle da Ciset/SG-PR, de forma a alinhar as atividades de auditoria aos riscos estratégicos, operacionais, de conformidade e financeiros das entidades auditadas. Como resultado, instituiu-se Grupo de Trabalho incumbido de realizar estudos e apresentar proposta de metodologia a ser considerada, nesta Secretaria de Controle Interno, para o planejamento das ações de controle baseadas em risco.

Paralelamente, com fulcro na racionalização das ações de controle a serem executadas, identificou-se a necessidade do fortalecimento do Sistema de Controle Interno, aqui compreendido como Controladoria-Geral da União, Ciset/SG-PR e Auditorias Internas das Unidades da Presidência da República. Para tanto, elaborou-se a Nota Técnica Ciset/SG-PR nº 75/2015, que subsidiou a celebração do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 4 de fevereiro de 2016, voltado para o intercâmbio de informações, experiências e tecnologias entre CGU/PR e Ciset/SG-PR.

Outra iniciativa a ser destacada, foi o levantamento de informações junto às unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Indireta Federal da Presidência da República, em que se buscou verificar se estão estruturadas de forma adequada e aptas a realizar suas funções de acordo com os normativos legais, em complemento aos trabalhos desenvolvidos no CTA e às análises dos Planos Anuais de Auditoria Interna anualmente encaminhadas para esta Secretaria.

Por fim, dentre os desafios para o próximo exercício (2016), destaca-se a finalização do planejamento estratégico com consequente desenvolvimento de plano de capacitação, promoção da gestão por competências, qualificação dos trabalhos atualmente desenvolvidos e a melhoria da comunicação dos resultados apresentados.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição dos dados e informações contidas neste Relatório demonstra que a Ciset/SG-PR atua em uma expressiva quantidade de assuntos no âmbito da Presidência da República e Vice-Presidência da República, desde atos de concessões de aposentadorias e pensões, passando pela organização contábil de todos os órgãos, até o acompanhamento da execução de programas de governo, a auditoria participativa e a fiscalização de obras de grande relevância nos setores portuário e aeroportuário brasileiros.

Como os recursos são limitados, a estratégia tem sido de investir na racionalização das ações de controle, no aperfeiçoamento profissional dos servidores e em tecnologia da informação para o desenvolvimento, tanto quanto possível, de um Controle Interno caracteristicamente preventivo, capaz de atuar junto às instâncias de gestão na transformação e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

Embora toda essa atividade tenha gerado, conforme dados demonstrados neste Relatório, ações capazes de trazer economia potencial da ordem de R\$30 milhões ao setor público, o resultado financeiro não é, todavia, o melhor indicador para mensurar a efetividade de um Órgão de Controle Interno, pois sua atuação, se bem compreendida e desenvolvida, pode trazer colaborações importantes para aperfeiçoar o modo de administração da coisa pública, principalmente por meio da conscientização de que identificação precoce de disfunções e a adoção eficiente de medidas corretivas não somente evitarão desperdícios de recursos, como também - e isso é o mais relevante - contribuirão para a qualificação dos serviços que o Estado deve à sociedade que o sustenta.

Neste sentido destaca-se os seguintes esforços da equipe da Ciset/SG-PR em ações de prevenção, correção e desenvolvimento institucional:

- a) Realização de 15 auditorias de contas, sendo 4 realizadas em outros Estados da Federação que apontaram fragilidades na gestão e nos controles instituídos pelas Unidades, todas discutidas diretamente com os gestores para acordar soluções que serão monitoradas via Plano de Providências Permanente - PPP;
- b) Monitoramento de 1.212 recomendações com o atendimento de 343 durante o exercício;
- c) Realização de 6 auditorias em projetos com recursos externos totalizando US\$ 15.264.152,23;
- d) Análise de 421 processos de concessão de aposentadorias, de 139 processos de concessão de pensões, além de 1.392 atos de admissão de pessoal;
- e) Realização de 25 processos de Tomada de Contas Especiais num montante de R\$ 15.259.000,00;
- f) Análise de demonstrativos contábeis de 98 unidades gestoras culminando em 1.124 ocorrências detectadas;
- g) Realização de 32 Notas de Lançamentos relativos à conta Diversos Responsáveis, totalizando R\$ 21.813.464,74;
- h) Atendimento de 2.236 orientações contábeis;
- i) Realização de 112 ações de correção, abrangendo apuração de denúncias, atendimento de demandas de órgãos como CGU, TCU, PF e MPF; acompanhamento

de procedimentos disciplinares instaurados pelas Unidades Jurisdicionadas, Atendimento a demandas recebidas via LAI e elaboração e revisão de normativos internos;

- j) Desenvolvimento do Módulo Ciset-PAD no SEMAC;
- k) Oferta de 29 cursos de capacitação aos servidores da CIDET/SG-PR;
- l) Incremento de 14,5% do quantitativo de pessoal da Ciset/SG-PR, correspondendo a 10 servidores.

Finalmente, salienta-se que foram iniciadas tratativas com a Secretaria de Governo para elaboração do novo Regimento Interno que deverá abranger o Regimento da Ciset/SG-PR, definindo e estabelecendo as competências de cada Coordenação-Geral.

Na mesma linha, também foi iniciado processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Ciset/SG-PR, com objetivo de promover uma atuação mais seletiva das Coordenações de Auditoria, de modo a focar os trabalhos nos temas de maior relevância e risco estratégicos, operacionais, de conformidade e financeiro considerando a atuação da Ciset/SG-PR como Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno e de Contabilidade do Poder Executivo Federal, bem como órgão Seccional de Correição das Unidades da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Espera-se que a reorganização dos recursos tecnológicos e de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento de planos de capacitação de servidores, fortaleça a atuação preventiva da Ciset/SG-PR e os controles internos/primários das Unidades.